



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos vinte e nove de junho de dois mil e dezoito reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e vinte e cinco minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), João de Meneses da Costa (BE), João Inácio da Silva Abreu (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Orlando Manuel Henriques Fernandes (JPP), Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Esmeralda João Coelho Gonçalves, Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, Helena Maria Pereira Leal, João Paulo Pereira Marques, João Pedro Pereira e Sousa, Luís Miguel Moura de Sousa, Maria Elisabete Freitas Góis Pinto, Pedro José Jardim Gomes e Rui Alberto Garanito Santos. -----



--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlinda Maria Gouveia Amado. -----

--- Mais se verificou a presença dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Rui Miguel da Silva Barreto, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e Rubina Maria Branco Leal Vargas. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** comunicou a sua ausência por motivos institucionais.

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. A Deputada Municipal Ana Luísa Mota Sousa e Freitas, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos.

1.2. A Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Helena Maria Pereira Leal. -----

1.3. A Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída, na impossibilidade de Bruno Lisandro França de Sousa, por João Pedro e Sousa. -----

1.4. O Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Esmeralda João Coelho Gonçalves. -----



1.5. A Deputada Municipal Joana José Pedra Coelho, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída, na impossibilidade de Catarina Sofia de Caré Ferreira, por José Manuel Domingos Sebastião. -----

1.6. A Deputada Municipal Rubina Vanessa da Silva Rebelo, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PDR, comunicou a sua ausência, sendo substituída, na impossibilidade de José Rodolfo de Sousa Alves, de Cátia Micaela Coelho Vieira Pestana e de Egídio Paulo Caires Fernandes, por João de Meneses da Costa. -----

1.7. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.8. A Deputada Municipal Teresa Alexandra Freitas Ramalho, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por João Inácio da Silva Abreu. -----

1.9. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída por Maria Elisabete Freitas Góis Pinto. -----

2. EXPEDIENTE: -----

2.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal** enviou os seguintes convites:

- Abertura dos Altares de S. João, que se realizou no dia vinte de junho de dois mil e dezoito. -----
- Inauguração do Conjunto habitacional Quinta Falcão III, que se realizará no dia seis de julho de dois mil e dezoito. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta** enviou um convite para a Sessão Solene comemorativa do 516º aniversário do Município, que se realizou no dia vinte



e um de junho de dois mil e dezoito. -----

- **A Frente MarFunchal** enviou um convite para a Cerimónia do Hastear da Bandeira Azul, que se realizou no dia vinte e oito de junho de dois mil e dezoito. -----

3. Pedidos de intervenção reencaminhados à Câmara Municipal do Funchal: -----

3.1. Do PCP/PEV-CDU, os seguintes requerimentos: -----

- Intervenção no Ribeiro Chega -----

- Intervenção na reparação / consolidação de muro no Caminho Velho da Piedade, na Freguesia do Imaculado Coração de Maria -----

- Intervenção na reparação de levada no Lombo da Quinta, na Freguesia de São Gonçalo

- Intervenção sobre despejos de terra e entulho, junto aos armazéns da empresa "Saúl e Filhos, Lda. ", no Caminho da Lombada, na Freguesia do Monte -----

- Intervenção sobre despejos no ribeiro no Lombo da Quinta, na Freguesia de São Gonçalo

- Possibilidade de instalação de abrigos nas paragens situadas na Estrada dos Marmeleiros, junto ao nº 87-A, e na Rua Cidade Santos, junto aos Apartamentos Habitur -

- Reparação de vários derrames de água no Caminho de Santa Quitéria, freguesia de Santo António -----

- Substituição do espelho parabólico situado na Rua das Hortas -----

- Limpeza da área de uma habitação devoluta situada na Travessa da Cova, nº 3 -----

- Reparação / substituição dos passadiços situados no Largo do Pelourinho -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD** fez uma interpelação à Mesa para manifestar o seguinte: "Fomos hoje novamente surpreendidos com uma ausência do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal. Diz o nosso Regimento, que a Câmara Municipal tem que se fazer representar obrigatoriamente nas sessões pelo Presidente da Câmara, e salvo melhor opinião, uma viagem alegadamente institucional ao estrangeiro, não é motivo para justo impedimento e



para não comparecer naquela que é a Assembleia Municipal da cidade do Funchal. -----
E é facto que hoje temos uma ordem de trabalhos extensa com pontos muito importantes para a nossa cidade, infelizmente o Senhor Presidente da Câmara escolheu pura e simplesmente não comparecer nesta Assembleia e nós não compactuamos com esse tipo de atitudes. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia, por considerarmos que não existem condições legais para que esta Assembleia Municipal se realize sem a presença do Presidente da Câmara Municipal, o Grupo Municipal do PPD/PSD vem pelo presente pedir a V. Exa um intervalo regimental no sentido de ser reunida imediatamente a Conferência de Líderes.” -

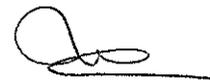
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que naquelas circunstâncias a sessão ficaria interrompida durante dez minutos, para se reunir com os Líderes dos grupos municipais. -----

--- Retomados os trabalhos, às onze horas e vinte e sete minutos, o Senhor Presidente da Assembleia informou que por não ter havido consenso na reunião de Líderes, coloca à votação do plenário a suspensão ou continuação daquela Sessão Ordinária. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMC** interpelou a Mesa fazendo um alerta a todos os Deputados, para que tenham a noção do que representa a suspensão daquela Sessão Ordinária. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que os Líderes dos grupos municipais esclarecerão os Senhores Deputados. -----

--- Colocada à votação a **suspensão ou continuação da Sessão Ordinária**, foi aprovada **por maioria a sua continuação** com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, um voto do PCP/PEV-CDU, três votos do CDS-PP, uma abstenção do PPD/PSD e dezoito votos contra, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----



- DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD** declarou o seguinte: "Hoje abrimos a verdadeira caixa de pandora na cidade do Funchal. A partir de agora o Senhor Presidente da Câmara escolhe as Assembleias a que quer vir e escolhe aquelas a que lhe dá menos jeito vir. -----

É lamentável que o Senhor Presidente da Câmara se ausente desta Assembleia para ir fazer campanha eleitoral para Jersey, mas mais lamentável é que alguns partidos e alguns Deputados desta Casa, pura e simplesmente pactuam com este tipo de atitude do Senhor Presidente da Câmara. -----

Já sabíamos que o Senhor Presidente da Câmara estava ausente desta cidade há muito tempo. Hoje ficamos com a certeza que Paulo Cafôfo deixou de ser o Presidente da Câmara Municipal do Funchal, mas se deixou de o ser que o assuma perante os Funchalenses, que se demita e que passe o lugar a quem pelos vistos está disponível para o substituir." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** proclamou: "O CDS-PP estará atento a estas situações que ocorrem nesta Assembleia, no entanto teremos que dignificar com uma série de documentos elencados na Convocatória. Pergunto, a reunião com o Senhor Presidente da Câmara a nível institucional com Jersey já estava agendada? -----

O CDS-PP reforça que o Senhor Presidente da Câmara tem que respeitar o órgão de soberania, institucional, deliberativo que é a Assembleia Municipal, no entanto, temos hoje muitos documentos para aprovar, nomeadamente a questão da Prestação de Contas, daí que o CDS-PP não poderia ter uma outra responsabilidade com esta Câmara numa perspectiva de avançar com a ordem de trabalhos. -----

Mas, que fique bem claro que nunca mais isto possa existir e que tem de haver um diálogo entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, numa



ordem de trabalhos futura, num diálogo e numa concertação que o CDS-PP pretende para que os trabalhos decorram com toda a normalidade. -----

Daí que o voto do CDS-PP foi favorável, na perspetiva de que os Deputados possam hoje falar, votar, dialogar e se consciencializar dos problemas que os cidadãos do Funchal evidenciam no seu dia-a-dia e no seu quotidiano. -----

Por isso, o grupo municipal do CDS-PP estará sempre a focalizar a sua ação favorável para que todos nós tenhamos uma decisão favorável ou desfavorável nesta Casa, para que a cidade do Funchal não se possa perder nestas questões políticas. E para salvaguardar pelo interesse da cidade do Funchal, votamos contra a suspensão dos trabalhos nesta Casa." -

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC** expressou: "O Grupo Municipal da Confiança votou pela continuação dos trabalhos, porque numa primeira análise em reunião de Líderes não se consensualizou a correta interpretação do que seria justo impedimento ou não, inclusive, foram esgrimidos diversos argumentos de natureza jurídica no seio da mesma, onde juridicamente também não se chegou a uma visão única, clara e objetiva sobre essa situação. -----

Perante toda essa indefinição, e tendo em conta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal está institucionalmente a representar a Câmara fora da Região Autónoma da Madeira, comunicação essa transmitida ao Senhor Presidente da Assembleia, para que o mesmo se possa fazer representar pelo seu substituto legal, e estando cumpridos todos os requisitos regimentais para que os trabalhos possam prosseguir com a sua normalidade, não podíamos ter outro sentido de voto. -----

Rejeitamos também que esta situação configura a abertura da caixa de pandora, porque no mandato do Senhor Dr. Miguel Albuquerque, uma situação similar ocorreu e nenhuma questão de natureza regimental foi levantada e dirimida para justificar a não realização dos trabalhos da Assembleia. -----



Portanto, no nosso entendimento estão cumpridos os requisitos regimentais, as condições estão preenchidas e nesse sentido, votamos a favor da continuação dos trabalhos.” -----

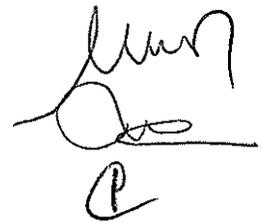
--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP** atestou:

“O PTP optou por votar a favor da suspensão, porque mais do que argumentos regimentais e jurídicos, há um facto político que nós não podemos ignorar. -----

Não podemos ignorar que temos um Presidente da Câmara, que neste momento está em campanha eleitoral para um órgão que não é a Câmara Municipal do Funchal. O Senhor Presidente Paulo Cafôfo já anunciou que irá ser o candidato do PS para as próximas Legislativas Regionais a acontecer em 2019, e neste momento está a cumprir essa agenda. Para que não tenhamos dúvidas, e é bom que os funchalenses tenham consciência, que nós hoje não temos Presidente da Câmara. O que temos hoje, é um candidato às Legislativas Regionais, que usa os meios institucionais da Câmara Municipal do Funchal para se promover, e este voto do PTP foi feito em protesto como forma de punir este tipo de comportamento que nós não podemos acompanhar nem assinar por baixo. -----

O Senhor Deputado Rodrigo Trancoso teve a oportunidade de dizer que este tipo de práticas foram feitas no passado, mas temos que dizer que não as aceitamos e não é porque foram feitas no passado erradamente, que nós temos que subscrever este tipo de comportamento que não é digno de alguém que diz que governa a Câmara Municipal do Funchal.” -----

--- **A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** disse: “A nossa declaração de voto em relação a esta situação lamentável que ocorreu no início dos nossos trabalhos, independentemente de todos os argumentos e de todas as considerações políticas que já foram feitas em relação aos motivos por que o Senhor Presidente da Câmara não se encontra no Município, talvez é por não sentir que o Município é importante. E nós não podíamos compactuar com essa falta de sentido de



responsabilidade e dizer vamos suspender os trabalhos da Assembleia, porque os Funchalenses nos merecem mais do que isso. -----

É de lamentar todas as considerações políticas que aqui já foram feitas sobre as ausências do Senhor Presidente, mas não podemos acompanhar esse gesto pela suspensão dos trabalhos, porque aí estaríamos ao mesmo nível do Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Segundo Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para poder apresentar a sua declaração de voto, sendo substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. --- Sendo-lhe dada a palavra, disse: “O voto contra desta suspensão tem a ver com os factos já aqui referidos, pois todos nós sabemos que não temos Presidente da Câmara, mas sim um candidato a Presidente do Governo Regional. -----

Foi este Senhor Presidente, que hoje está em Jersey, que marcou este dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, por essa razão é que votei contra. -----

Não sabia que estaria em Jersey hoje? -----

Mais grave, informou o Senhor Presidente da Mesa da sua ausência, ontem pelo meio-dia. No tempo que se criticava Jardim de fazer campanha com os meios públicos, hoje o Senhor Presidente Paulo Cafôfo, faz exatamente o mesmo, usa os dinheiros da Câmara e dos Municípios do Funchal, para andar a fazer campanha política, e por estas razões é que votei contra.” -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- INTERVENÇÕES: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS-PP, efetuou as seguintes perguntas: -----

- No dia vinte e dois de fevereiro, através dos seus poderes regimentais requereram ao Executivo uma pergunta sobre o Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços, no



sentido de emitir um parecer sobre a aplicação de uma taxa turística no Funchal, como tal gostariam de saber se acham que não violaram o Regimento daquela Assembleia no tempo de resposta e quando é que a irão ter. -----

- Para quando a aplicação das medidas, aprovadas na Sessão Ordinária da Assembleia do dia vinte e três de fevereiro, da Proposta de Recomendação sobre o Regulamento do Projeto Eu compro no comércio de proximidade e o Cartão de Descontos para Estacionamentos? -----

- Para quando e o que a Câmara tem feito para a reposição das infraestruturas da Ponte Nova, que se encontra embargada pela Autarquia, desde nove de maio de dois mil e dezassete? -----

Assim, se não houver respostas objetivas, quer da parte da Câmara Municipal do Funchal, quer da parte do grupo municipal do PPD/PSD, que poderá reforçar o diálogo e a concertação com o Governo Regional da Madeira, aquele grupo municipal proporá àquela Assembleia um Debate Específico sobre aquela matéria. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** fez os seguintes esclarecimentos: -----

- Em relação ao **Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços**, o Município mantém a sua intenção de a aplicar e dentro em breve, dará abertura ao procedimento conducente à criação do Regulamento da Taxa Municipal. -----

Nessa fase, então, serão consultados todos os *stakeholders* do setor onde se incluirá o Conselho do Turismo que terá com certeza o seu contributo a dar à construção desse Regulamento. -----

- Em relação à **Ponte Nova**, no momento ainda se encontra embargada, porque o promotor da obra, o Governo Regional da Madeira, é intransigente na sua intenção de aplicar um projeto que desclassifica o valor estrutural daquele arco que lá existe e já é um imóvel classificado de interesse municipal. -----



Assim sendo, tratando-se de um equipamento que é municipal e que está classificado, a Autarquia contratou um projetista para garantir, do ponto de vista de classificação patrimonial, a salvaguarda das funções estruturais do arco, com cerca de duzentos anos, que o Governo Regional pretende suprimir com a criação de um tabuleiro de betão. -----

Mais informou que esse projeto está em fase de conclusão e que assim que o mesmo esteja concluído, será levantado o embargo condicionado àquele projeto e entregue ao Governo Regional da Madeira para execução. -----

Lembrou ainda que inicialmente havia a intenção de demolir aquela Ponte, à qual o Executivo anterior deu um parecer favorável, e que foi precisamente o movimento cívico a que a atual Câmara se associou, que culminou com o classificar da Ponte em questão, bem como a Ponte D. Manuel e da Ponte da Calçada de São Pedro e São Paulo, que fica na Calçada da Cabouqueira. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal, Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, para apresentar os votos de protesto que se transcrevem: -----

- **"Voto de Protesto contra a perseguição, medo e intimidação promovidos pela Câmara Municipal do Funchal, junto do seu quadro de pessoal e de que são vítimas alguns funcionários desta autarquia** - O MPT – Partido da Terra, tem recebido queixas e denúncias por parte de alguns funcionários da Câmara Municipal do Funchal, de que são vítimas de perseguição, medo e intimidação, por parte da sua entidade patronal e de alguns dos seus superiores hierárquicos. -----

É do conhecimento público, e alvo de conversa nos corredores desta Autarquia, que há trabalhadores que são afastados das suas funções normais, apenas porque não militam, nem simpatizam, em certos partidos que façam parte da Coligação Confiança. Para além disso, é notório o clima de perseguição e de desconfiança que paira sobre todos os



funcionários desta Autarquia, que são pressionados para não criticarem tudo o que de mal corre na governação da cidade do Funchal. -----

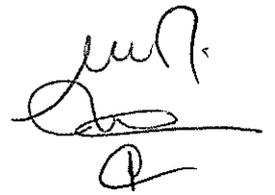
Temos notícias de que há vários trabalhadores que se queixam de tratamento desigual em relação a outros colegas que são apoiantes públicos da Coligação que governa a Autarquia, mas que – por receio de sofrerem pesadas represálias – não tornam públicas as suas preocupações. O mau ambiente que se vive entre esta vereação e alguns trabalhadores da Câmara chegou ao ponto máximo, quando alguns funcionários são repreendidos simplesmente por demonstrarem a sua concordância com algumas intervenções menos positivas para a Câmara e para o seu Presidente nesta Assembleia. -----

Perante o exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, emite o presente voto de protesto contra a Câmara Municipal do Funchal e pelo clima de perseguição, medo e intimidação que promove junto do seu quadro de pessoal e de que são vítimas alguns funcionários desta Autarquia.” -----

- **“Voto de Protesto contra a Câmara Municipal do Funchal e algumas Juntas de Freguesia que promovem festas populares para competir diretamente com festividades religiosas** - Tem sido prática recorrente desta Câmara Municipal do Funchal e de algumas Juntas de Freguesia, a realização de arraiais e festas populares nos mesmos locais, datas e horas em que decorrem festividades religiosas, dinamizadas pelas respetivas paróquias. -----

Exemplo disso, foi o que aconteceu no passado fim de semana na Paróquia dos Álamos, onde decorria o tradicional arraial religioso e simultaneamente, apenas a 300 metros da Igreja Paroquial, a Autarquia promovia uma festa concorrente. -----

Esta atitude persecutória e competitiva da Câmara Municipal do Funchal em relação às festividades religiosas que se realizam na cidade, tem resultado na cada vez menos afluência popular às festas paroquiais, não porque as mesmas não tenham interesse ou



qualidade, mas porque as paróquias e as comissões organizadoras não conseguem fazer frente à grande afluência movida pela Câmara, que faz uso do seu domínio sobre ginásios, centros comunitários, empresas municipais, associações e outros grupos, para movimentar grandes grupos de pessoas com a promessa de alimentação e cartazes musicais inoportáveis para as paróquias. -----

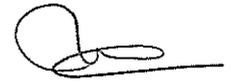
Assim, é verdadeiramente lamentável esta postura da Câmara Municipal do Funchal que, mais uma vez, não tem em conta o enorme valor cultural que estas festividades religiosas têm junto da população do Funchal e, ao invés, tudo tenta para boicotá-las e criar dificuldades à sua realização. -----

Perante o exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, emite o presente voto de protesto contra a Câmara Municipal do Funchal e algumas Juntas de Freguesia, que promovem festas populares para competir diretamente com festividades religiosas, designadamente utilizando a sua influência e domínio sobre algumas entidades municipais para boicotar e dificultar a sua realização." --

- **"Voto de Protesto contra a tentativa da Câmara Municipal do Funchal de passar as suas responsabilidades na organização e segurança de eventos festivos para as paróquias e comissões organizadoras** – "Recentemente foi tornado público que a Câmara Municipal do Funchal implementou novos procedimentos relacionados com a forma de apresentar e pedir licenças para as festas e arraiais. -----

Das novas regras impostas por esta Câmara, resulta que o pároco responsável de cada paróquia, antes da organização do respetivo arraial tenha de apresentar na Loja do Município a documentação que irá instruir o processo de licenciamento. -----

Fica claro que, com esta nova regulamentação, a Autarquia demite-se de participar no licenciamento deste tipo de festividades, bem como, quer imputar às paróquias, aos padres e às comissões organizadoras, toda a responsabilidade relacionada com a segurança das



pessoas nos arraiais. -----

Esta medida da Câmara Municipal do Funchal tem causado grande apreensão junto das paróquias e, inclusive, já afastou muitos elementos das referidas comissões organizadoras de voltar a participar na organização destas festividades, com receio de que lhes possam ser imputadas responsabilidades pessoais que não têm condições para assumir. -----

Esta atitude da Câmara Municipal do Funchal, de demitir-se das suas responsabilidades na organização, licenciamento e segurança destas festas populares, é inaceitável e coloca em causa a realização de eventos com grande tradição junto do povo do Funchal. -----

Nesse sentido, o Partido da Terra acredita e preserva as tradições seculares do Povo Madeirense e em particular dos Cidadãos do Concelho do Funchal e por isso não permitirá este enorme ato de terrorismo contra os cristãos do Funchal e da Madeira que foi idealizado por Paulo Cafôfo e a sua equipa de "ateus" que põem em causa séculos de cristianismo e de devoção religiosa. -----

Perante o exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, nos termos das disposições regimentais, emite o presente voto de protesto contra a postura da Câmara Municipal do Funchal, de passar as suas responsabilidades na organização e segurança de eventos festivos para as paróquias e comissões organizadoras e em manifesto prejuízo das populações." -----

- INTERVENÇÕES: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC** disse que ao ler atentamente o "Voto de Protesto contra a perseguição, medo e intimidação promovidos pela Câmara Municipal do Funchal, junto do seu quadro de pessoal e de que são vítimas alguns funcionários desta autarquia", fez-lhe alguma confusão que cite supostos boatos de corredores e café. Por isso, questionou: "a que tratamento desigual é que se refere? -----



Porque, aquelas são acusações sérias que são precisas fundamentar quando, como, onde e com quem." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMC**, disse que a gravidade das acusações ali proferidas requeria que fossem provadas naquela Assembleia.

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** pediu defesa da honra para manifestar o seguinte: "É muito grave porque não é só abrir a boca, escrever algumas coisas e largar estas bombas para ficarem em ata. Pois que também fique em ata que quando nós acusamos, e não vamos para os locais respetivos, somos cúmplices dessas coisas gravíssimas que está a apontar a esta Câmara e o Senhor tal como muito bem sabe, essas coisas resolvem-se em Tribunal. -----

O Senhor foi a Tribunal e perdeu. O Senhor alegou que era perseguido politicamente, quando o Tribunal disse que isso não existia. Nós não perseguimos ninguém politicamente, mas também não favorecemos ninguém politicamente. -----

É a Câmara que está aqui em causa." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, manifestou-se afirmando que em democracia o povo elege, por voto secreto e de forma livre quem deve governar e quem deve ser oposição e essa vontade popular tem que ser respeitada. -----

Porém, existem alguns indivíduos, que ali falam de valores e princípios, mas que são uns batoteiros, porque inclusivamente quiseram enganar o eleitorado, usando o nome, hinos e cores de uma Coligação a que pertenceram. E isso porque há falta de coerência política, pois num ano diz que o PS é o melhor partido do Mundo, depois muda porque quer um lugar de Deputado noutro partido, alguém o compra e depois os bons tornam-se os maus, ou seja, é um indivíduo que não tem qualquer problema em usar o instrumento da calúnia e da difamação. -----

Depois sublinhou que se sentissem que alguém era perseguido e prejudicado, estariam na

linha da frente para o denunciar e lutar contra, porque sabem o que é viver em democracia encapotada durante quarenta anos. -----

Concluiu dizendo que o que o Senhor Deputado Roberto Vieira ali trouxe, não é sobre os Funcionários da Autarquia, mas sobre a sua pessoa usando o lugar de Deputado Municipal para se favorecer e não favorecer os Madeirenses e Funchalenses. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)** pediu defesa da honra para dizer que o Deputado Roberto Vieira é funcionário da Administração Pública há vinte e oito anos, que quando esteve naquela Autarquia em Regime de Mobilidade não auferiu nem mais um cêntimo e que dela saiu, regressando à base do seu anterior posto de trabalho, porque não estava de acordo com o atual Executivo. -----

Depois refutou que favorecimento é: -----

- Dar lugar e posto de trabalho ao Deputado Sérgio Abreu e ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, na Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

- Colocar pessoas que estavam desempregadas como Assessores vindos de Lisboa. -----

- Dar lugares e postos de trabalho a quem se comprometeu a fazer campanha pela Confiança. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** começou por lamentar todo aquele burburinho e falta de respeito para com aquela Casa e apelou para que se acalmem os ânimos, porque apesar de os Deputados terem legitimidade para apresentar propostas sobre que teor for, é necessário ter cuidado com os termos que usam para não vincular aquela Casa e a quem dela faz parte a termos como: "...cristãos do Funchal estarem a ser perseguidos... terrorismo cristão...", pois não votam títulos, mas sim o conteúdo dos mesmos. Como tal, irá votar contra aqueles três votos de protesto apresentados pela Coligação Nova Mudança (MPT). -----



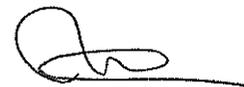
Por último, questionou quais os novos procedimentos implementados na forma de apresentar e pedir licenças para as festas e arraiais. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMC,** interveio para pedir que fique registado em Ata, um aparte feito pelo Deputado Roberto Vieira, acusando o Deputado Sérgio Abreu de ter desviado dinheiros em determinadas associações. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** em nome daquela bancada, expressou a seguinte opinião sobre os votos de protesto apresentados pela MP Coligação Nova Mudança (MPT): "Relativamente à sobreposição de eventos organizados pela Câmara e pela Paróquia e sobre a alteração das regras para licenciamento de eventos por parte da Paróquia, achamos que a Câmara não deve estar condicionada na promoção dos seus eventos em função de outras entidades, pois deve haver liberdade de ação e nenhuma entidade deve estar condicionada pelo que outras entidades fazem, mas sim com o objetivo de promover o máximo de atividades culturais, independentemente da sua origem e de quem as promove, de forma a proporcionar à nossa população um maior leque de escolha. -----

Portanto, estar aqui a condicionar a promoção de várias atividades da Câmara em função de outras atividades que já estejam a decorrer, parece-nos que é delimitador da liberdade de promoção e também da liberdade de escolha por parte da população. -----

Pode haver parte da população que queira frequentar e usufruir dos eventos promovidos pelas entidades religiosas, mas a oferta proporcionada por outras entidades em outros eventos pode ser também desejada por outro tipo de franja, que tem outros gostos e interesses de âmbito socio cultural, logo quanto mais eventos e diversidade existirem achamos que é um aspeto positivo para o nosso Concelho, que deve ser o mais multifacetado em termos culturais possível. -----



Deste modo, rejeitamos este voto. -----

Quanto ao voto que refere que a Câmara alterou as regras de licenciamento das atividades promovidas pelas Paróquias, não corresponde à verdade, porque à solicitação de uma entidade para a elaboração de um plano de emergência para a realização de um evento, a Câmara respondeu que o mesmo é da responsabilidade de quem promove o evento. -----

Portanto, o que fica evidente com a junção destes dois votos é que por um lado não se quer que a Câmara sobreponha atividades suas a atividades religiosas, mas depois quer-se também que seja a Câmara a fazer o trabalho que compete às atividades religiosas quando promovem os seus eventos. -----

De modo que achamos que isto é uma tremenda incoerência e contradição e por não nos revermos no teor destes dois votos iremos votar contra.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, interpelou a Mesa para pedir encarecidamente ao Senhor Presidente que à semelhança do que aconteceu em outras Assembleias, peça ao público que está a assistir àquela Assembleia que não se manifeste, porque os ânimos exaltados e acalorados das bancadas estão no regimento, mas ouvir novamente do público, *tonto*, não é aceitável. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a lembrar às pessoas que estão a assistir àquela Assembleia, que não se podem manifestar de forma alguma, sob pena de não poderem continuar a assistir aos trabalhos. -----

--- **O Senhor Vereador João Pedro Vieira** esclareceu a Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado que não foi feita qualquer alteração regulamentar, apenas procederam a uma clarificação da competência das entidades organizadoras, para elaborarem planos de emergência ou outro tipo de questões associadas, que normalmente já são cumpridas, nomeadamente pelas Igrejas que continuam a fazer as suas festas religiosas sem qualquer tipo de oposição daquela Casa. -----



--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, declarou não aceitar que entre colegas Deputados haja algum clima de crispação e manifestem logo “que é preciso provar e que irão colocar um processo em tribunal, porque como seres humanos têm emoções, o que no debate político leva a que muitas vezes percam a razão.” -----

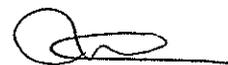
-- Depois disse que “foi com alguma preocupação que leu aquele voto de protesto sobre a perseguição aos funcionários, porque a própria também já ouviu nos corredores algumas queixas nesse sentido e acredita que possa acontecer, porque isso sempre aconteceu e há- de acontecer, uma vez que a intolerância está intrinsecamente enraizada nos genes, devido aos trezentos anos de inquisição, o que torna difícil de a combater e que pode surgir em qualquer partido, até no seu.” -----

Terminou dizendo que certas intervenções, gestos e intenções que ali presenciou lhe levam a crer que se calhar aquele Voto de Protesto até tem algum fundamento. -----

--- De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à **votação**, os votos de protesto apresentados pela **Coligação Nova Mudança (MPT)**, conforme abaixo se detalha:

- **Voto de Protesto contra a perseguição, medo e intimidação promovidos pela Câmara Municipal do Funchal, junto do seu quadro de pessoal e de que são vítimas alguns funcionários desta autarquia, não aprovado** com vinte e quatro votos contra, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um do PCP/PEV-CDU, dezoito abstenções, sendo dezassete do PPD/PSD, uma do PTP e um voto a favor da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Voto de Protesto contra a Câmara Municipal do Funchal e algumas Juntas de Freguesia que promovem festas populares, para competir diretamente com festividades religiosas, não aprovado** com vinte e quatro votos contra, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um do PCP/PEV-CDU, dezoito votos a favor, sendo



dezassete votos do PPD/PSD, um da Coligação Nova Mudança (MPT) e uma abstenção do PTP. -----

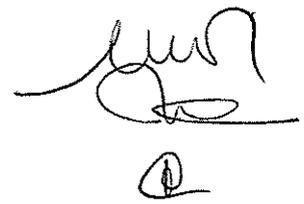
- **Voto de Protesto contra a Câmara Municipal do Funchal de passar as suas responsabilidades de eventos festivos, para a paróquia e comissões organizadoras, não aprovado** com vinte e um votos contra, sendo vinte votos do GMC, um voto do PCP/PEV-CDU, dezoito votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e quatro abstenções, sendo três do CDS-PP e uma do PTP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, para apresentar a seguinte proposta: -----

- **"Proposta de criação / edição anual de um festival de Fado, para o Município do Funchal** – O Fado foi a primeira expressão artística a ser declarada Património Imaterial da Humanidade, em Portugal. Tal facto ocorreu a 27 de Novembro de 2011 – quando uma candidatura que envolveu toda a comunidade artística do Fado, e que congregou instituições e reuniu o consenso de todos os partidos políticos na altura – após a decisão (aprovação) do VIº Comité Intergovernamental da Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). -----

Deste modo, e considerando que: -----

a) A Constituição da República Portuguesa (CRP), consagra no seu artigo 42.º a liberdade de criação/invenção, produção e divulgação da obra artística, e nos artigos 73.º e 78.º, o direito à cultura, melhor, a "democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos à fruição e criação cultural" e a incumbência do estado em "preservar", defender e valorizar o património cultural", isto é, em "incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural", mas também o dever de apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas



- múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade para que promova, salvaguarde e valorize o património cultural; -----
- b) É um elemento identitário do país e símbolo de um património único e genuíno, associado à cultura nacional, o Fado é/está indissociável da imagem internacional de Portugal, um país que deposita nesta forma de expressão musical "o elo de ligação" entre o que alcançámos no passado, somos no presente e aquilo que queremos ser no futuro; -----
- c) Associado à palavra saudade, o fado é hoje um referencial estético de contemporaneidade criativa e genialidade artística, propulsor, por um lado, de uma nova energia coletiva e, por outro, de novos caminhos no reencontro de nós mesmos e no estabelecer de uma relação mais "estreita" com quem nos visita, descobre e ouve; -----
- d) O Fado é um elemento cultural importante da/na nossa identidade como povo, um dos nossos contributos para a cultura universal e que temos a responsabilidade (e agora comprometimento) de preservar e promover como uma colossal e relevante marca nacional na diversidade do património cultural; -----
- e) O Fado é hoje alvo de forte aposta promocional – enquanto sonoridade e sentimento (um xaille, uma guitarra portuguesa, uma voz, um modo de sentir) – e um símbolo identitário de Portugal além-fronteiras, melhor, é mesmo a música portuguesa popularizada um pouco por todo o mundo; -----
- f) O Fado é atualmente tema central de Portugal nas principais feiras de turismo, nos spots publicitários de campanhas internacionais, e que a recente aposta na divulgação do fado é já o resultado de uma maior consciencialização do Turismo de Portugal da sua importância no mundo e daquilo que ele representa para imagem do país no estrangeiro; -----
- g) O Fado é já uma poderosa e eficaz marca portuguesa, cultural e artística, que sobreviveu pelo menos século e meio como tradição oral e, presentemente, se reinventa a partir da sua autenticidade interior e das influências exteriores, mas também progride para o futuro



com novas sonoridades, novos talentos, novos estilos, registos e novos autores que, de áreas diversas da escrita, enriquecem este património cultural; -----

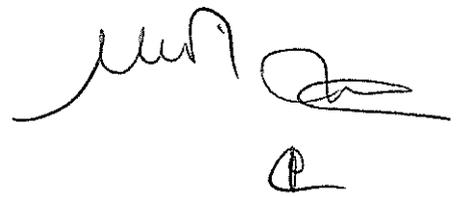
h) Ao longo de várias décadas o fado possibilitou que milhares de emigrantes se reconhecessem como portugueses, e que os seus filhos e netos, já nascidos fora de Portugal recuperassem uma raiz que havia sido fraturada, mas também que cidadãos dos países que os acolheram – muitos sem nenhuma ligação a Portugal – tomassem contacto e se identificassem com esse género musical; -----

i) O legado de canções populares no repertório de uma fadista, cantora e atriz que um dia revelou acreditar que aprendeu "a cantar antes de falar", a Amália rodrigues, que elevou o Fado (e a música portuguesa) a um estatuto e presença internacional, e que cantou para emigrantes, mas também para as elites de vários países e esgotou grandes palcos/salas musicais; -----

j) O Fado está vivo e recomenda-se, e que cidades como Lisboa e Coimbra assistem a um fado "renovado" – com respeito pelos mestres – depositando agora enorme confiança e esperança nos novos talentos/artistas, e desvendam a quem vem de fora o que já antes cá estava, e é um sucesso que se confirma diariamente em casas de fado sempre cheias, festivais do género, novas vozes, etc.; -----

k) O fado representa uma parte significativa das vendas de música portuguesa (acima dos 20%), sendo a lista de músicos recordistas de vendas do nosso país liderada pela grande fadista Amália Rodrigues, e nos últimos anos um dos álbuns da artista Ana Moura (Desfado), tornou-se também o mais vendido em Portugal, álbum editado mundialmente pela Universal Music, através da Decca, e que chegou ao 1.º lugar várias vezes no nosso país, assim como também atingiu o 1.º lugar na s tabelas de World Music em Inglaterra, Espanha e Estados Unidos; -----

l) O Fado é presença habitual em várias "casas de espetáculos" da cidade do Funchal, um



género musical que atrai cada vez mais gente, fomenta negócio e empregos diretos e indiretos; que distingue também culturalmente a cidade, pois em certos lugares, todas as noites, a partir de uma certa hora, o Fado é cantado com sentimento, à luz das velas, envolto em silêncio, como manda a tradição e já por fadistas madeirenses com uma duradoura carreira; -----

m) A Câmara Municipal do Funchal, já por mais do que uma vez celebrou o 25 de abril, na véspera do feriado, na Praça do Município, com um concerto comemorativo com fadistas de renome nacional e internacional como são Camané e Ana Moura, onde o público da Madeira não faltou e teve oportunidade de ouvir dois “nomes maiores” do Fado e desfrutar de uma magnífica atuação, num lugar com uma envolvente espetacular, como é a Praça do Município, e assim prosseguir uma política cultural com oferta de qualidade para os funchalenses e não só; -----

Assim, e em conformidade com o anteriormente manifestado, o Grupo Municipal da Confiança submete à apreciação e votação da Assembleia Municipal a edição/criação por parte do executivo da Câmara Municipal do Funchal, de um festival anual do Fado no Município, como forma de promover/divulgar fadistas regionais e de renome nacional, mas também homenagear esta arte que é simultaneamente um legado e uma matriz identitária da cultura portuguesa e que, desde 2011, é considerado Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, para apresentar o seguinte voto: -----

- **“Voto de Congratulação pelo Centenário da Igreja de São Martinho** – O crescimento populacional de São Martinho, no século XIX, levou à necessidade de construir uma nova Igreja, que segundo os relatos da época deveria ser *“mais desafogada, sobre um cabeço*

próximo, com um lindo ponto de vista". -----

Assim, a 8 de Julho de 1883, é lançada a primeira pedra daquela que é considerada por muitos como uma das mais belas e imponentes igrejas da Região, no cimo do pico, hoje conhecido como Pico da Igreja. -----

Com avanços e recuos, durante a sua construção, só com a morte de um abastado proprietário paroquiano, que deixa por testamento à igreja, todos os seus bens, é que a sua construção ganha um novo impulso, tendo sido inaugurada a 24 de Junho de 1918, pelo Bispo de então, D. António Manuel Pereira Ribeiro. -----

Ao longo dos seus 100 anos de existência, aos poucos, foi evoluindo, tendo o seu aspeto atual, tanto exterior como interior, ficado concluído em 1956. -----

É inegável a sua imponência, pela sua dimensão e localização, sendo visível de todo o Funchal a sua torre única, de forma octogonal, como também pela riqueza do seu interior onde podemos observar os trabalhos de pintura feitos pelos artistas Henrique Afonso Costa, Alfredo Bernes e João Silvino. Alfredo Pimenta fez os trabalhos de talha, ficando os trabalhos de douramento da talha a cargo de José Severino de Caires Soares. -----

Pela sua majestosidade e riqueza, sendo um símbolo de São Martinho e da Cidade do Funchal, a Junta de Freguesia de São Martinho, solicitou ao Município a sua classificação como imóvel de interesse municipal, enquanto imóvel de grande interesse patrimonial da cidade. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão do dia 29 de junho de 2018, congratula a Igreja Paroquial de São Martinho pelo seu centésimo aniversário ocorrido no passado domingo, dia 24 de junho de 2018." -----

--- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou os assuntos anteriormente apresentados à votação, os quais mereceram o seguinte sentido de voto: -----

- **Proposta de criação / edição anual de um festival de Fado, para o Município do**

Funchal, aprovada por unanimidade com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Voto de Congratulação pelo Centenário da Igreja de São Martinho, aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- Por esta ocasião o Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT), voltou à Mesa para ocupar o seu lugar como Segundo Secretário. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, para apresentar o seguinte: -----

- **"Proposta de Resolução sobre a atribuição do Subsídio de Insularidade a todos os trabalhadores das empresas municipais do Funchal (SocioHabitaFunchal e Frente MarFunchal)** – Considerando que a insularidade distante comporta sobrecustos, na relação comparativa entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente Português, para o exercício das mesmas atividades, no acesso a bens e serviços, nem sempre fáceis de qualificar e muito menos de quantificar. -----

Considerando que a Região Autónoma da Madeira tem um conjunto de mecanismos legais ao seu dispor, nomeadamente legislação que permite que aos trabalhadores da Administração Pública Regional e Local, usufruam do Subsídio de Insularidade. -----

Considerando que com a aprovação Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, foi reposto o Subsídio de Insularidade para os trabalhadores da Administração Pública da Região Autónoma da Madeira a exercer funções na Região. -----

Considerando que a Câmara Municipal do Funchal garante a aplicação da lei, com a

atribuição do Subsídio de Insularidade a que os funcionários do Município têm direito, como qualquer trabalhador vinculado à administração local, existe, no entanto, uma dualidade de critérios no que diz respeito à atribuição do Subsídio de Insularidade aos trabalhadores do Município e às empresas Municipais, como é o caso da SocioHabitaFunchal e da Frente MarFunchal. -----

Considerando que após garantida a justa reivindicação da reposição das 35 horas aos trabalhadores das empresas municipais referidas, é inaceitável que os mesmos até hoje não vejam o direito ao Subsídio de Insularidade ser garantido pelo Município. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em 29 de junho de 2018, delibera que a Câmara Municipal do Funchal, desencadeie todos os mecanismos necessários para que seja garantido o pagamento do Subsídio de Insularidade a todos os trabalhadores das empresas municipais, SocioHabitaFunchal e Frente MarFunchal, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018.” -----

- **“Proposta de Resolução pela construção de habitação social** – As questões habitacionais a constituir uma das grandes prioridades sociais para as quais são necessárias medidas e soluções concretas para fazer face às carências identificadas. A Câmara Municipal do Funchal, embora não tendo a exclusiva responsabilidade de suprimir as carências habitacionais do Concelho, constitui-se como um parceiro imprescindível no desenvolvimento de mecanismos e medidas capazes de suprimir, ou pelo menos minorar, as dificuldades sentidas nesta área tão sensível. -----

A Câmara Municipal do Funchal deve assumir como intervenção prioritária a vertente habitacional, implementando um conjunto de medidas e desenvolvendo iniciativas aos mais diversos níveis, junto de outros organismos e instituições públicas e de privados, no sentido de dinamizar políticas habitacionais capazes de responder ao cenário de carência social. -

O Município do Funchal é proprietário de um conjunto de terrenos e áreas passíveis de



serem urbanizadas e, portanto, aptas para a construção de habitação. É urgente identificar qual a capacidade de construção, condições de acessibilidade bem como outros fatores e condições existentes que possibilitem desenvolver planos de construção de habitação social e/ou apoiar a autoconstrução com direito de superfície. -----

Em simultâneo, a Câmara Municipal do Funchal deve procurar desenvolver um conjunto de parcerias públicas (nomeadamente com o IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM e IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP) ou até privadas, no sentido de criar condições para que sejam priorizados investimentos nesta área. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em 29 de junho de 2018, delibera que:

1 – A Câmara Municipal do Funchal proceda à identificação dos terrenos e áreas com capacidade construtiva; -----

2 – Elabore e publique uma lista de sítios para uma “bolsa de terrenos” no Município, sendo que a Autarquia garante neste âmbito que os terrenos cedidos pelo grupo Savoy situados no Pico das Romeiras, na freguesia de Santo António, sejam preservados neste processo para a construção de habitação social; -----

3 – Desenvolva um processo de contactos com outras entidades públicas e privadas no sentido da implementação de parcerias tendentes a dinamizar o processo de construção de habitação, com os evidentes benefícios que o mesmo traria para solucionar a grave carência habitacional do Concelho do Funchal.” -----

- **“Voto de Protesto contra o boicote à participação dos municípios nas reuniões públicas** – A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, no seu artigo n.º 49., referente às Sessões e Reuniões, diz nos pontos 1 que *“As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público”* e no número 2 que *“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma*

reunião pública mensal aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior. -----

O Regimento das Reuniões da Câmara Municipal do Funchal garante aos munícipes a participação nas reuniões, em conformidade com o explicitado no artigo 43º, n.º 3, onde diz que "A última reunião ordinária de cada mês é pública" e no artigo 12º, n.º 2, "os cidadãos interessados em intervir, para solicitar esclarecimentos em processos próprios ou que sejam detentores de procuração para o efeito, terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição", n.º 3 "A inscrição referida no ponto anterior, a qual constará o nome, morada e o assunto a tratar, será antecedida de inscrição prévia, a efetuar até às 16h30 da terça-feira anterior." -----

Estando os munícipes do Funchal protegidos pela Lei já mencionada e pelo Regimento pelo qual a Câmara Municipal do Funchal é obrigada a reger-se, é inaceitável o procedimento que a Autarquia tem tido para com os seus munícipes, ao boicotar a sua participação nestas reuniões. -----

Numa Autarquia, em que o seu Executivo se augura por ser "mais democrática" que as demais Câmaras, esquecendo-se que uma das primeiras formas de garantir a democracia no Município é ouvir os seus munícipes, é inaceitável o procedimento que tem tido para com alguns funchalenses que, querendo se inscrever para participarem nas reuniões, é-lhes dificultada a participação com o pedido de números de Processos, mesmo sendo a primeira vez que tentam participar ou ainda com a informação prestada pelos serviços de que já não lhes é possível inscrever, sem qualquer resposta fundamentada, mesmo estando ainda a decorrer o prazo para inscrição, como aconteceu nos passados dias 18 e 19 de junho. -----

A responsabilidade não pode ser atribuída de forma alguma aos funcionários, visto que as orientações são dadas pelos responsáveis pela área ou pelouro, e não podemos



responsabilizar quem dá a cara e cumpre ordens. -----

Assim, tem acontecido um inaceitável desrespeito do Executivo da Câmara Municipal do Funchal em relação aos direitos dos cidadãos que legitimamente querem participar nas reuniões públicas, seja para colocar problemas, pedir esclarecimentos ou apresentar sugestões. É um direito que assiste aos munícipes e deve ser garantido por quem gere os destinos da Autarquia. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em 29 de junho de 2018, apresenta o mais veemente protesto à Câmara Municipal do Funchal pelo procedimento errado e desrespeitador para com os Munícipes Funchalenses e exige que sejam tomadas todas as medidas para que a Lei e o Regimento sejam cumpridos.” -----

- **“Proposta de Resolução pela preservação do Projeto “Cidade da Criança”** –

Atendendo a que o Projeto “Cidade da Criança”, na sua ideia original, correspondia a uma proposta válida para a Cidade do Funchal, enquanto espaço público para a afirmação dos Direitos da Criança, para a criação de possibilidades de aprendizagem lúdica, de recriação e fruição criativa; -----

Considerando que o atual funcionamento do Projeto “Cidade da Criança” está longe dos propósitos iniciais, está muito afastado da “Cidade da Criança” que o Funchal precisa, como lugar das crianças e para todas as crianças; -----

Assim, em conformidade com as normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal do Funchal propõe que o Executivo da Câmara Municipal do Funchal tome as seguintes medidas: -----

1 – Valorizar a “Cidade da Criança”, sem permitir que seja desvirtuada a ideia original de um lugar público para que o direito a brincar seja acessível no Funchal para todas as crianças; -----

2 – Tomar as necessárias medidas políticas para o reforço, revitalização e reorientação do

Projeto "Cidade da Criança" como lugar da Cidade do Funchal para a defesa dos Direitos da Criança e para a promoção de uma nova cultura dos Direitos da Criança." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que, pronunciando-se sobre o **Voto de Protesto contra o boicote à participação dos municípios nas reuniões públicas**, apresentado pelo PCP/PEV-CDU, repudiou-o dizendo que aquele Executivo tem mostrado uma participação sem precedentes, conforme demonstram os dados de participações públicas nas reuniões de Câmara, que em dois mil e doze foram de setenta participações, em dois mil e treze de oitante e duas, em dois mil e catorze de cento e oitenta e uma, em dois mil e quinze de cento e vinte e três, em dois mil e dezasseis de cento e dezanove, em dois mil e dezassete de cento e treze e no corrente ano já contam com oitenta e cinco. -----

Contudo, o que eventualmente possam considerar que é um boicote é o facto de a pessoa ser aconselhada para ter um processo interno para que os serviços o possam analisar, para quando for recebida nas reuniões públicas da Câmara, possam ter internamente alguma informação para lhe poder transmitir. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, refutou que o esclarecimento prestado pelo Senhor Vice-presidente da Câmara não é o procedimento atual seguido. -----

Depois clarificou que, por ter existido da parte de alguns Funcionários, uma interpretação errada de que aquele seria um voto de protesto contra os mesmos por qualquer procedimento menos correto que estivessem a seguir, ele apenas é dirigido exatamente ao Executivo, porque aqueles estão apenas a cumprir ordens. -----

Também está de acordo que para além do processo é necessário indicar o assunto, porque é o que diz na Lei, porém tem ocorrido não fazerem a inscrição por o munícipe não ter o número de processo. -----



Depois questionou se existe algo na Lei ou no Regimento, que indique que tem que haver o contacto telefónico da parte de alguém instruído. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** disse ler nas palavras proferidas pela Deputada que tem subliminarmente algumas práticas, ou sugeriu algumas práticas, que não são de todo correspondentes à daquele Executivo. -----

De seguida, esclareceu que no dia anterior estiveram na reunião pública da Câmara naquela sala, vinte e uma pessoas inscritas, todas elas com um processo / reclamação que os serviços identificaram e fizeram o rastreio à situação que ali vem ser reportada. Por isso, aquando das inscrições, a condição necessária é submeterem o assunto e materializá-lo com algo que possam trabalhar. -----

Sobre a questão do número de telefone, esclareceu que não muitas vezes costumam marcar audiências no local e esse contacto é precisamente para poder agilizar essa marcação, sem qualquer objetivo ulterior que não a resolução efetiva dos problemas que as pessoas ali trazem. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Nunes** que, relativamente à questão da Moção sobre o subsídio de insularidade para as empresas municipais, referiu que aquela proposta, tal como está, não se inscreve no âmbito das competências da Assembleia Municipal, que se regem pela Lei 50/2012, tal como o horário de trabalho, que se rege pelo Código do Trabalho. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse à Senhora Vereadora Madalena Nunes perceber o sentido da sua intervenção, contudo no momento não têm capacidade para dar ou tirar razão a quem quer que seja, porque aquele ponto está na ordem de trabalhos e tem que ser votado. -----

Assim sendo, passou à votação dos documentos apresentados pela Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, que mereceram os

seguintes sentidos de voto: -----

- **Proposta de Resolução sobre a atribuição do Subsídio de Insularidade a todos os trabalhadores das empresas municipais do Funchal (SocioHabitaFunchal e Frente MarFunchal), aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezoito votos contra do GMC, não tendo exercido sentido de voto o Deputado Sérgio Abreu, do GMC, por impedimento de interesse. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** declarou que votaram contra, porque não compete àquela Assembleia Municipal imiscuir-se na política de gestão das empresas municipais. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os seguintes pontos à votação:

- **Proposta de Resolução pela construção de habitação social, aprovada por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Voto de Protesto contra o boicote à participação dos municípios nas reuniões públicas, não aprovado** com vinte e três votos contra, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP e vinte votos a favor sendo dezassete votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Proposta de Resolução pela preservação do Projeto “Cidade da Criança”, aprovada por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Fábio**



Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD que apresentou o seguinte: -----

- "Voto de Protesto sobre o estado de degradação e abandono das Hortas Urbanas –

As hortas urbanas da cidade do Funchal, criadas em 2005, desde cedo revelaram-se uma aposta vencedora por parte do executivo que então liderava os destinos da Câmara Municipal do Funchal. -----

Pioneiro a nível nacional, reconhecido não só no nosso país, como também internacionalmente, o projeto das hortas urbanas teve desde o seu início o apoio e participação por parte dos funchalenses. De entre os vários méritos deste projeto, destaca-se o facto de a atribuição de terrenos cultiváveis aos munícipes permitir uma poupança significativa para as famílias, na medida em que retiram parte dos produtos alimentares consumidos em casa, do cultivo da sua parcela de terreno. -----

O impecável cuidado com as hortas urbanas, que até 2013 forma mantidas com zelo e brio profissional, cabendo à Autarquia a sua supervisão, contrasta com o que acontece nos últimos 5 anos destes espaços. Parcelas, ao abandono que se revelam autênticos focos de propagação de pragas, não só para as culturas contíguas, como também para as pessoas que diariamente tratam dessas mesmas culturas. -----

O desmazelo é hoje uma evidência em alguns dos terrenos que servem como hortas urbanas. Não se compreende como é que não se atribuiu a outros munícipes que manifestaram a vontade de cuidar e tratar de uma horta municipal, acabando dessa forma com o abandono a que muitos destes espaços estão vetados. Menos compreensível afigura-se ainda a esta realidade, quando o número de pessoas em lista de espera para usufruir das hortas urbanas ultrapassa as 700 pessoas. -----

Exorta-se o executivo camarário a corrigir esta grave situação, que se verifica um pouco por toda a cidade, e que tem tido eco na comunicação social. Tal deve-se não só pelos constrangimentos causados aos munícipes que cumprem com o seu dever de zelar pela

parcela que lhe foi atribuída, como também pelo perigo em relação a possíveis incêndios, em especial na altura de verão. -----

Pelas razões apresentadas, a Assembleia Municipal do Funchal aprova um voto de protesto acerca do estado de degradação e abandono das Hortas Urbanas.” -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sílvia Cristina Sousa Silva, do GMC,** proferiu o seguinte: “Relativamente a este assunto, devo dizer que o projeto de Hortas Urbanas do Funchal teve início na Ajuda em 2005, com um total de 6 hortas, registando-se um crescimento até 2013 com a implementação do último projeto de horta, também na Ajuda, num total de 910 hortas individuais. -----

Desde então devido à desativação, por várias razões, de 7 hortas na Ribeira Grande e 9 hortas em São João por motivos de segurança e entrega ao arrendatário, por exigência deste, das 311 hortas da Ajuda, o Serviço das Hortas Urbanas Municipais assegura atualmente a manutenção, fiscalização e vistoria de 599 hortas individuais. Destas apenas 480 estão a ser cultivadas e cuidadas, as restantes 119 hortas estão na posse dos serviços em estado transitório, resultado da entrega voluntário por parte do hortelão depois da publicação em dezembro de 2017, do edital das hortas abandonadas e da implementação desde fevereiro de 2018 de novos procedimentos de hortas urbanas municipais que pretendem, para espaços que não estão devidamente cuidados, sejam devolvidos à Câmara. Só este ano já foram realizadas mais de 514 ações de fiscalização e intervenções pedagógicas. -----

Estão neste momento a ser ultimados os procedimentos concursais para a limpeza e remoção do material acumulado nas 311 hortas da Ajuda, para posterior entrega ao seu proprietário, pelo que, o cenário de abandono destas hortas não corresponde minimamente à verdade, mas sim ao estado que resulta do crescimento de mato antes que o documento



legal de entrega, tal como consta do contrato, possa ocorrer. -----

Devo salientar que este contrato de arrendamento das hortas da Ajuda foi celebrado no tempo da presidência do PSD e correspondia a um pagamento mensal de 6.219 euros mais IVA, pago durante os últimos 4 anos por esta Câmara. -----

Decorre também, neste momento, a apresentação de propostas para o concurso de limpeza e reparação de 119 hortas inativas, resultado da intervenção da Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, de controlo e fiscalização com o intuito de acabar com abusos e usos indevidos por parte de detentores e comportamentos menos corretos que aconteceram durante anos. -----

Estas hortas serão depois entregues a candidatos que estão na lista de espera para obtenção de horta urbana. -----

Paralelamente a este curso, está a ser ultimada a elaboração do edital para confirmação da intenção dos candidatos na obtenção de uma horta urbana, com o objetivo de atualizar as listas de espera. -----

No fim do procedimento, será possível conhecer o verdadeiro número de pessoas interessadas em ter uma horta urbana e avaliar a real necessidade de viabilizar mais espaços, para satisfazer a procura que se regista neste momento. -----

Com este procedimento, foi possível passar de um total de 171 candidatos para o número de 323 pedidos efetivos. -----

Importa realçar que, tem sido feito um trabalho exaustivo para cumprir com o regulamento das hortas urbanas, notando-se já uma melhoria nos espaços que se encontram atualmente cuidados. É fundamental sublinhar, ainda, que a qualidade não se prende apenas com o impacto visual que as mesmas têm na paisagem urbana, mas também em relação ao uso da água, do solo público e do impacto na saúde dos utentes dos espaços e da população circundante, pelo que foram tomadas medidas para proibir o uso de produtos químicos que

eram usados, nomeadamente herbicidas e promover a adoção de práticas preventivas de controlo de ervas, pragas e doenças com a informação em agricultura biológica dos detentores, e atualmente aberta também a candidatos. -----

De salientar que algumas destas técnicas, entretanto adotadas, poderão parecer ao comum cidadão sinais de abandono dos espaços, mas que são na verdade uma nova abordagem na questão da produção e que representa um saldo qualitativo nos produtos obtidos e na preservação do bem comum.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, recordou à Senhora Deputada Sílvia Silva, que Paulo Cafôfo, quando candidato, fez a promessa de expansão das Hortas Urbanas e de adoção de outras medidas para a sua valorização, mas isso, atualmente, não se verifica. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sílvia Cristina Sousa Silva, do GMC**, refutou que a questão de expansão se devia ao número de inscritos em lista de espera, mas que se veio a verificar não serem assim tantos inscritos, porque na gestão do Executivo do PPD/PSD, podia existir a situação de uma pessoa dar o nome e cuidar, em simultâneo, de várias hortas. -----

Sobre a adoção de outras medidas, verifica-se a formação que tem sido dada em agricultura biológica, aos detentores das hortas urbanas, bem como a proibição do uso de produtos químicos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, que apresentou o seguinte: -----

- **"Recomendação à CMF para o Investimento na melhoria da qualidade das águas balneares do concelho do Funchal** – O Município do Funchal tem um passado de que se orgulha, no que concerne à qualidade das águas balneares. Madeirenses, em geral, e funchalenses, em particular, assim como os turistas que nos visitam, usufruíram durante

anos das diversas praias ao dispor da população. -----

No verão de 2013, as análises à qualidade de água balnear revelaram que o Funchal possuía oito praias com excelente qualidade, e apenas duas com qualidade aceitável. ----

No último verão, os resultados alteraram-se: de oito praias com excelente qualidade de água balnear, passou-se para sete, e uma das praias, nomeadamente a Praia do Gorgulho apresenta má qualidade da água. -----

Estas mudanças prendem-se com o desleixo, a falta de cuidado e falta de compromisso do atual executivo camarário para com a manutenção de uma excelente qualidade de água, uma vez que não são efetuados os devidos investimentos que permitam continuar a oferecer às pessoas que se deslocam a essas mesmas praias, as condições ideais para os banhistas, como outrora era apanágio da nossa cidade. -----

Salienta-se ainda o caso da Praia do Gorgulho, que fez manchete a nível nacional por estar imprópria para banhos. Este facto acarreta consequências negativas para os banhistas, que se vêm impedidos de ir a banhos, e coloca em risco a saúde pública. -----

Deste modo, a Assembleia Municipal do Funchal recomenda ao executivo camarário que invista na melhoria da qualidade das águas balneares do concelho Funchal." -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** contestou que a qualidade da água não é só dos municípios, mas também do Governo Regional da Madeira e que a Praia do Gorgulho sempre teve problemas ambientais que são precisos resolver de forma séria e não demagógica. -----

Registou, também, que aquela proposta é uma divisão no seio do PPD/PSD e uma crítica à atual Secretária Regional do Ambiente e à Diretora da DROTA, porque, no dia anterior, a mesma disse que a qualidade da água do mar na orla costeira do Funchal é muito boa, elogiando ainda o trabalho que tem sido feito nessa melhoria. -----

Sublinhou ainda que o que o Governo Regional, liderado pelo PPD/PSD, fez na Praia Formosa não é correto, porque criou uma causa ganha em Tribunal pelo proprietário de um terreno privado expropriado, fazendo com que aquela Câmara tenha herdado um problema grave de acesso àquela zona balnear. -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, referiu que o CDS-PP está de acordo com a melhoria da qualidade das águas balneares do concelho do Funchal, mas gostaria que o Deputado João Paulo Marques o esclarecesse sobre se na notificação feita à Câmara Municipal do Funchal, há onze meses atrás, pela Secretaria Regional do Ambiente, a Direção da Bandeira Azul e a DROTA sobre a qualidade das águas balneares no Complexo Balnear do Lido, também se referiam à falta de qualidade da água da Praia do Gorgulho. -----

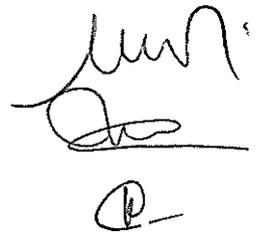
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre a questão das **Hortas Urbanas**, reiterou que aquelas que são as considerações feitas sobre as hortas da Ajuda foi um contrato de arrendamento por cinco anos, no exorbitante valor global de trezentos e oitenta mil euros, que termina no corrente ano. -----

Por isso, o único responsável pelo estado visual de favelização, numa zona que deve de ser considerada hoteleira daquelas hortas, é o anterior Executivo do PPD/PSD, que foi quem as homologou, promulgou e assinou o contrato. -----

Acrescentou ainda, que ficaram por pagar cerca de noventa e seis mil setecentos e setenta e seis euros de intervenções e de obras feitas ilegalmente naquele local, que estão a ser dirimidas em Tribunal por um empreiteiro. -----

- Em relação à **qualidade das águas do mar**, lembrou que segundo um registo da Secretaria Regional do Ambiente, a água balnear do Gorgulho tem má qualidade desde mil novecentos e noventa e quatro. -----



Porém, passaram a ter problemas no Gorgulho a partir de dois mil e doze, quando a Câmara cessante colocou aquele local como Praia, porque não existia o Lido poente. -----

Assim, com a inauguração do Lido em dois mil e quinze e havendo cinquenta metros do Lido poente, de usufruto gratuito, este ano aquele Município optou por não aplicar nem gastar recursos com investimentos de reposição na Praia do Gorgulho, porque não houve qualquer tipo de apoio por parte da Secretaria que solicitou o relatório dos estragos e porque, a menos de cinquenta metros, existe uma praia com Bandeira Azul. -----

Concluiu solicitando que, se sabem os focos de contaminação, os identifiquem e informem a Câmara sobre a sua localização, para que os possam resolver, porque apresentar retóricas dizendo que a responsabilidade das águas do mar são da Câmara Municipal do Funchal, é estar a enveredar por um populismo demagogo que não podem aceitar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Segundo Secretário da Mesa, por motivos particulares e justificados, iria ausentar-se da Sessão, passando a ser substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, questionou se são a favor ou contra as Hortas Urbanas, uma vez que a Câmara utilizou o termo, para se referir às hortas urbanas da Ajuda, como um meio caminho andado para a favelização. -----

Além de serem importantes para a economia das famílias do Funchal, na opinião do **CDS-PP**, até foram reconhecidas ao nível da União Europeia e replicadas numa Autarquia que é da mesma cor política da Autarquia Funchalense. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos às treze horas e vinte e três minutos, para o período do almoço e retomou-os às quinze horas e cinco minutos, dando a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do**

PPD/PSD que quis reforçar que a sua abordagem em relação à questão das Hortas Urbanas, não tinha que ver com um espaço específico de horta urbana, mas sim com a generalidade das hortas urbanas da cidade do Funchal. -----

Porque, de facto, o Presidente Paulo Cafôfo, em dois mil e treze, anunciou que iria dar uma outra dinâmica e um outro sentido à questão das hortas urbanas, em particular à introdução dos produtos biológicos e da pecuária, o que não se veio a verificar. -----

Acrescentou que o facto de o Executivo, que é o atual responsável das hortas urbanas da Ajuda, ter de as entregar ao seu proprietário, não lhes retira a responsabilidade de zelar pela manutenção daquele espaço. -----

Por fim, questionou o Senhor Vice-presidente da Câmara se considera que o aluguer está fora de valores de mercado, atendendo a que aquele terreno teve um custo para a Autarquia, de cinquenta cêntimos ao metro quadrado, -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD**, que apresentou o seguinte: -----

- "**Voto de Pesar** – Nascido no Seixal em 1953, deixou-nos no dia 25 de junho de 2018, João Adriano Ribeiro, licenciado em História e doutor em História Moderna e Contemporânea. -----

Ficou em suspenso uma vida consagrada à docência (desde 1 de outubro de 1990, na Universidade da Madeira) e à investigação. -----

O gosto pela História, e particularmente, a História local da Madeira, das usas gentes e das suas tradições aviventava-lhe os dias. -----

Conhecia, como ninguém, o Arquivo Regional da Madeira e o seu acervo. Ali encontraríamos o seu frequentador mais assíduo, a quem se estranhavam as raras ausências, naquela que era o prolongamento da sua própria casa. -----

Ali o procuravam aqueles que, menos experimentados, colhiam os seus avisados conselhos

para singrar no caminho árduo da investigação. Pelas suas mãos, seguindo os seus passos, muitos foram os alunos a quem iniciou no trabalho de pesquisa, ou outros ainda, anónimos, para quem a busca pelas fontes significasse maiores escolhos. -----

Não foi tarefa fácil para a doença, que insidiosamente espreitava, demover João Adriano Ribeiro duma rotina meticulosamente cumprida, sem falhas, nem desalento. Resistiu o investigador, teimou o professor a quem pesava deixar os seus alunos, mas na luta desigual venceu o mais forte. E o tempo implacável não quis emprestar-lhe mais tempo. -----

Escreveu muito João Adriano Ribeiro sobre a Madeira: dela só queira falar, e sobre ela só queria publicar. -----

Fica, para a posteridade, um conjunto de publicações cuja exaustividade não esgotamos:

A cana-de-açúcar na Madeira: séculos XVIII-XX. Calheta: Câmara Municipal, 1952 -----

Ponta do Sol: subsídios para a história do concelho. Ponta do Sol: Câmara Municipal, 1993. -----

O Trajo da Madeira: elementos para o seu estudo. Funchal: Acaporama – Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, 1993 -----

125 anos de cerveja na Madeira [S.I.]: Empresa de Cervejas da Madeira, 1996 -----

Porto do Moniz: Roteiro turístico do concelho. Porto Moniz: Câmara Municipal, 1996 -----

Porto Moniz: subsídios para a história do Concelho. Porto Moniz: Câmara Municipal, 1996 -----

A banda da Ponta do Sol. Ponta do Sol: Câmara Municipal, 1997 -----

Porto Santo: aspectos da sua economia. Porto Santo: Câmara Municipal, 1997 -----

Com António Carvalho da Silva, *Viagens românticas na ilha do Porto Santo: notícias* [S.I.]: Ed. Calcamar, 1998 -----

Ribeira Brava: subsídios para a história do concelho. Ribeira Brava, Câmara Municipal, 1998 -----

Ilha: uma freguesia do concelho de Santana. Ilha: Junta de Freguesia, 2000 -----

A capelinha de S. Vicente. [S.l.]: Ed. Calcamar, D.L. 2000 -----

Machico: subsídios para a história do concelho. Machico: Câmara Municipal, 2001 -----

Santana: homens e assuntos que a ilustram. Santana – Madeira: Câmara Municipal, D.L. 2001 -----

O Rosário em S. Vicente. [S.l.]: Calcamar, D.L. 2002 -----

A Fajã dos Padres. Fajã dos Padres: Sociedade Agrícola da Fajã dos Padres, 2002 -----

Santana: memórias de uma freguesia. Santana: Junta de Freguesia, 2002 -----

A pedra de cantaria na Madeira. [S.l.]: Calcamar, D.L. 2003 -----

A Capela de N.ª S.ª da Vitória na Ribeira dos Socorridos. [S.l.]: Calcamar, D.L. 2003 -----

As festas de Santo Amaro em Santa Cruz. Santa Cruz – Madeira: Câmara Municipal, 2004

S. Vicente: subsídios para a história do concelho. S. Vicente: Câmara Municipal, 2005 -----

Calheta: subsídios para a história da freguesia. [S.l.]: Calcamar, D.L. 2006 -----

História e estórias do Seixal. Seixas: Junta de Freguesia, 2006 -----

A baixa da freguesia de Santa Maria Maior. Santa Maria Maior: Junta de freguesia, 2007 -

Três paróquias: Canhas, Carvalhal e Cristo-Rei na diocese do Funchal. [S.l.: s. n.], (Canço – Madeira: Grafimadeira, Ltd.ª). 2011 -----

Arciprestado de Ribeira Brava e Ponta do Sol. [org.] Diocese do Funchal – Ribeira Brava; Ponta do Sol: Arciprestado – Fábrica Paroquial dos Canhas. Ed. âmbito 500 anos da Diocese do Funchal. D.L. 2012 -----

Ilha da Madeira: roteiro histórico-marítimos. Funchal: Centro Treino Mar, [s.d.] -----

Face à inexorabilidade da morte, perdurará o testemunho da obra de que a Madeira é devedora. -----

Fica, também, a memória impressa em todos aqueles que conheceram o Homem. -----

O PPD/PSD-Madeira, no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, propõe em reunião de Assembleia Municipal, um voto de pesar pelo falecimento de João Adriano Ribeiro e



expressa as suas sentidas condolências à família, pela perda irreparável do seu ente querido. -----

À Universidade da Madeira se manifesta igualmente o sentimento de pesar pelo desaparecimento de um dos prestigiados membros da sua comunidade académica.” -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação os seguintes **votos apresentados pelo Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

- **Voto de Protesto sobre o estado de degradação e abandono das Hortas Urbanas, aprovado por maioria** com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e vinte votos contra do GMC, não tendo estado nesta votação o Deputado Municipal da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Proposta de Recomendação à Câmara Municipal do Funchal o investimento na melhoria da qualidade das águas balneares do concelho do Funchal, não aprovada** com vinte votos contra do GMC, dezoito votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e três abstenções do CDS-PP, não tendo estado presente nesta votação o Deputado Municipal da Coligação Nova Mudança (MPT).

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor João Adriano Ribeiro, aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do PTP, não tendo estado presente nesta votação o Deputado Municipal da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município**

em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, que antes de elencar aqueles que foram os trabalhos desenvolvidos pela Câmara desde abril, respondeu às questões que ficaram por responder no período de antes da ordem do dia, colocadas pela **Senhora Deputada Carla Freitas do CDS-PP** e pelo **Senhor Deputado Fábio Bastos do PPD/PSD**, começando por dizer que é favorável àquele projeto e que aquilo que disse e que mantém, é que o terreno escolhido para implementação daquelas hortas urbanas, dada a sua natureza e a envolvente turística e hoteleira, se qualifica como um terreno onde não deveriam ser implementadas hortas urbanas, para além de que têm muitas outras zonas que são mais bem aproveitadas sem aquele tipo de custos. -----

Também não concorda que se apliquem recursos em hortas urbanas, onde o custo por metro quadrado é substancialmente superior a outras no concelho, que fazem o mesmo efeito do ponto de vista social e económico. -----

Depois, apresentou, de forma setorial, as questões relativas aos últimos dois meses de trabalhos daquela Autarquia: -----

- Em termos **Ambientais**: -----

- Depois de o litoral do Funchal ter sido assolado, em março, pelas marés vivas, provocando danos no valor de seiscentos e setenta mil euros, conseguiram colocar o Complexo Balnear da Ponta Gorda em condições de ser aberto e de lhe ser atribuído, pelo 18º ano, o galardão da Bandeira Azul, que foi hasteada no dia anterior. -----

- Foram implementadas oito ilhas ecológicas, dessas, seis entraram em funcionamento entre o Lido e o Parque do Almirante Reis. Está ainda prevista a implementação de mais doze no Bairro da Nazaré na freguesia de São Martinho, cujo investimento total configura quatrocentos e quarenta e cinco mil euros. -----

- Também, através de candidatura ao PODERAM, foram aprovados seiscentos e doze mil

euros, para investimentos em viaturas, equipamentos e infraestruturas do Parque Ecológico. -----

- Foi celebrada a Semana do Ambiente nos Paços do Concelho, para sensibilizar as práticas ambientais, com uma especial relevância para o problema do plástico, que deve ser encarado por todos individualmente, bem como por todos os Municípios e entidades públicas, uma vez que se prevê que nos próximos cinco anos já se tenha mais peso de plástico no mar do que peso de peixes. -----

- Foram também distinguidas setenta e seis entidades do concelho do Funchal, entre individuais e coletivas, pelas boas práticas ambientais. -----

- Ainda na temática Ambiental foi inaugurada a reabilitação de uma antiga escola primária, conhecida coloquialmente como *Escola da Vaquinha*, onde funciona, em contrato de comodato com a AMAW, um Centro de Esterilizações de Animais, para animais errantes ou de donos com carências socioeconómicas. -----

- Na temática da **Educação**: -----

- Está em consulta pública o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior e deverá ser publicado na próxima semana no *Diário da República*. -----

- Foi também assinado um Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal do Funchal e a Universidade Aberta para os próximos anos, que envolve especificamente a Cátedra Infante D. Henrique. -----

- Na perspetiva **Financeira**: -----

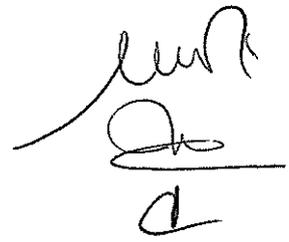
- Na ordem de trabalhos desta Assembleia, estão dois pontos que serão votados, sendo o primeiro, as Contas Consolidadas e o segundo o Refinanciamento do Empréstimo do PAEL.

- No que se refere aos **Mercados Municipais**: -----

- No Mercado Municipal da Penteada festejaram-se os Santos Populares. -----

- No Mercado Municipal dos Lavradores existem novas bancas para as floristas. -----

- Sobre a **Proteção Civil**: -----
- Foram instalados dezassete desfibrilhadores automáticos em todo o Concelho e será dada formação a duzentas e cinquenta pessoas, para manuseamento dos mesmos. -----
- Em termos de **Associativismo**: -----
- Pelo Apoio ao Associativismo que presta, a Câmara Municipal do Funchal foi distinguida com um prémio nacional. -----
- Em relação às **Obras Públicas**: -----
- Iniciou-se a requalificação do Cais do Carvão. -----
- O novo Centro Cívico do Imaculado Coração de Maria está em fase final de conclusão. -
- A requalificação da Praça do Município terá início naquele verão. -----
- Foram aprovados cinco vírgula cinco milhões de euros no POSEUR, para investimento em redes de águas e saneamento básico, e duzentos e setenta e oito mil euros para a instalação de uma ETAR no Curral dos Romeiros, porque ainda não é servida por uma rede de saneamento básico. -----
- Foi inaugurado o Salão Paroquial de Santo Amaro. -----
- Procederam à abertura do procedimento concursal, para a construção de trinta fogos de habitação social na Quinta Falcão. -----
- Está concluída a obra de substituição de redes de água potável de fibrocimento e a instalação de valas de rutura de pressão, para evitar as pressões muito elevadas naquela que é uma diferença de cotas substancial, do Caminho do Lombo, que inclui a freguesia do Monte e a freguesia de Santa Luzia. -----
- Em termos de **Obras**: -----
- A Praia da Barreirinha e a Praia de São Tiago tiveram uma intervenção, no valor de cento e setenta mil euros, ao nível do solário e que está em fase de conclusão, para que na próxima semana possam reabrir a Praia da Barreirinha à população. -----



- Em relação aos temas **Culturais**: -----
- Tiveram a Feira do Livro com cinquenta e quatro autores, que foi a melhor feira do Livro em termos de perceção dos livreiros e editoras, e julgam que a população também ficou satisfeita com aquela edição. -----
- Tivemos também os Altares de São João e o Fica na Cidade. -----
- Informou ainda que o Teatro Municipal Baltazar Dias, depois de terem sido desenvolvidos todos os projetos de segurança de que carecia, é uma sala de espetáculos certificada. ----
- **INSCRIÇÕES**: -----
- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD** relativamente à ETAR, por ser da responsabilidade da Câmara e de ser um processo que já passou todos os prazos e que a Comissão Europeia por via do Tribunal europeu de justiça poder aplicar multas pesadíssimas, fez as seguintes questões: -----
- Uma vez que demoraram cerca de dois anos a fazer a grande obra deste Executivo, a Loja do Múncipe, para quando a conclusão de uma obra tão complexa como a ETAR? ---
- Porque as freguesias de Santo António e São Martinho irão necessitar da ETAR de Câmara de Lobos, irá reunir-se com a ARM? -----
- Qual é a posição desta Câmara se for aplicada alguma multa pelo Tribunal de Justiça Europeia. -----
- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, depois de enunciar várias datas em que a Câmara anunciava a recuperação da *Confeitaria Felisberta*, e de que a única coisa que foi feita ter sido a colocação de uma lona colorida que esconde o estado de degradação do edifício, questionou se a Câmara Municipal do Funchal desistiu de reabilitar a Felisberta. -----
- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, perguntou se a Praia de São Tiago reabrirá ao público no dia um de julho, tal como

está no anúncio lá colocado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, indagou se o elevador que existe na Praia da Barreirinha estará operacional para receber todas as pessoas que desejam frequentar aquele complexo. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Alexandre Silva**, garantiu que a conclusão da ETAR será muito mais célere do que os nove anos perdidos do Executivo do PPD/PSD, até porque naquela fase já têm um projeto, um estudo de impacto ambiental e uma declaração de impacto ambiental prontos. -----

Contudo, o processo encontra-se na fase de análise técnica, porque a Senhora Secretária Regional do Ambiente informou que a melhor localização seria o vale do Lazareto e que o Governo Regional da Madeira pagava o que não fosse elegível a nível de POSEUR. O estudo de impacto ambiental condiciona a que tenham de afastar da margem da ribeira do Lazareto dez metros. Para isso, terão de escavar a rocha, o que no parecer do projetista é uma impossibilidade material de se construir ali. -----

Sobre a reunião com a ARM, o financiamento da ETAR de Câmara de Lobos foi feito com base na premissa de que o Funchal divergiria um conjunto de unidades de coletores para aquela ETAR, pelo que aquela está sobredimensionada para salvaguardar essa entrega. --

Em relação à multa, a Câmara tem feito tudo o que está ao seu alcance e as responsabilidades políticas serão assacadas a quem esteve sem nada realizar desde mil novecentos e noventa e três a dois mil e treze. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Fábio Bastos**, esclareceu que continua a ser intenção daquele Executivo reabilitar o edifício da *Confeitaria Felisberta*, porém existe uma questão de direito privado que, no momento, está a ser negociada para adquirirem o imóvel. -----



Todavia, se não chegarem a acordo com os proprietários sobre o valor negociável, será solicitado ao Governo Regional da Madeira, que é quem tem a possibilidade de declarar utilidade pública, a expropriação do imóvel por um valor a ser discutido pelos peritos. -----

Sobre a operacionalidade do elevador da Praia da Barreirinha, elucidou que está a ser discutido, com a empresa que lá o montou, colocá-lo, de novo, em funcionamento. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Carla Freitas**, sobre a abertura das praias da Barreirinha e de São Tiago, clarificou que no dia sete de julho, impreterivelmente, serão reabertas, porque as obras estão previstas ficar prontas em julho. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Alberto Garanito Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, do PPD/PSD**, questionou para quando a assinatura dos protocolos com as Juntas de Freguesia que já assinaram os acordos Interadministrativos, para produzirem efeito. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC**, realçou que a menos de um da eleição do atual Executivo, o Regulamento para as Bolsas de Estudo será aplicado no ano letivo de dois mil e dezoito / dois mil e dezanove, ao contrário daquilo que foi reiteradamente ali dito. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, disse ter verificado no site da Câmara Municipal do Funchal que a construção da ETAR compacta no Sítio do Curral dos Romeiros, estar prevista para o dia um de agosto de dois mil e dezoito, assim, gostaria de saber se eventualmente há a garantia que nessa data a obra arrancará. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD**, pronunciou-se sobre o abaixo-assinado dos moradores da Rua da Levada do Cavalo, para mudar o sentido da cedência de passagem no entroncamento daquela Rua com o Caminho de Santo António, colocando um sinal de STOP, porque tem havido muitos acidentes

rodoviários naquela zona. -----

Depois questionou o Senhor Vereador João Pedro Vieira, sobre a data prevista para a reunião do Conselho Municipal de Juventude. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, que começou por esclarecer: -----

- **O Senhor Deputado Municipal Rui Santos**, presumindo que os Acordos Interadministrativos que já estão concluídos serão assinados no mês de julho. -----

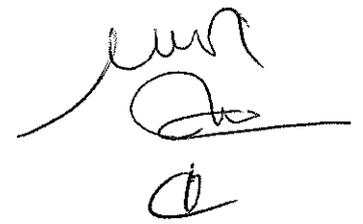
- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, a quem disse já ter o projeto da ETAR do Curral dos Romeiros e os oitenta e cinco por cento do financiamento aprovado pelo POSEUR. No momento aguardam a autorização por parte da Direção Regional correspondente, para poderem avançar com a obra. -----

- **O Senhor Deputado Municipal André Alves** clarificou que o referido arruamento foi tornado de sentido único em dois mil e catorze e que há uma intenção de colocar uma lombas para redução da velocidade, porque aquela zona é de facto uma zona com muitos acidentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Vieira**, que esclareceu o **Senhor Deputado Carlos André Alves** de que foram enviadas Convocatórias para o dia quinze de novembro de dois mil e dezassete e para o dia dezanove de abril de dois mil e dezoito, para a reunião do Conselho Municipal de Juventude, porém o PPD/PSD e a Juventude Social Democrata não se fizeram representar.

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, enfatizou a realização da Feira do Livro, movido também, por um artigo de opinião num dos jornais da imprensa escrita local, que referiu que aquela foi a pior Feira do Livro que existiu até à data. -----

Assim, como cidadão, frequentou e usufruiu da oferta que foi proporcionada por aquela



Feira do Livro e não se reviu na percepção do articulista, pois, desde logo, houve uma oferta da literatura mais diversificada e ampla, onde todo o tipo de leitor encontrou produtos que iam ao encontro das suas expectativas literárias. -----

Para complementar ainda a essência da Feira do Livro, pôde-se usufruir de diversos géneros musicais, de alguns eventos culturais, desde peças de teatro a encontros com jornalistas, realizados no seio do Teatro Municipal Baltazar Dias. -----

Destacou, ainda, o evento que foi protagonizado por Júlio Machado Vaz e Júlio Resende, que, na sua modesta opinião, foi o expoente máximo cultural que foi proporcionado naquela Feira, onde houve uma simbiose entre a poesia, a música e a pintura. -----

Depois, enquanto cidadão, agradeceu a oferta que foi proporcionada e os momentos de grande valor cultural de que pôde usufruir, bem como agradeceu, também, todo o empenho da equipa que esteve por detrás da dinamização daquele projeto. -----

Terminou, referindo que, embora a Feira do Livro possa ser aperfeiçoada e melhorada, com uma maior diversificação de oferta e de qualidade dos eventos que no seu seio se realizam, acha que é uma grande injustiça dizer que aquela foi a pior Feira do Livro, por isso, felicitou a Câmara e fez votos para que nos anos futuros aquele Executivo como os próximos Executivos, continuem a apostar naquele evento, porque, culturalmente, o Funchal tem todas as condições para se desenvolver e proporcionar eventos daqueles a toda a população. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, referiu que ficou um pouco confusa com a postura e a posição de apoio à Coligação Confiança na Câmara Municipal do Funchal, por parte do Senhor Deputado Rodrigo Trancoso, porque é completamente díspar da posição do seu Líder regional de Partido (BE), Paulino Ascensão, que desabafou na sua página do *facebook*, o seguinte: *A Confiança apresenta-se igual à Renovação, os lobbies apostam em dois cavalos para terem a certeza que ganham sempre,*

tal como em muitos outros concursos públicos. O Bloco de Esquerda está determinado em defender os interesses do povo, serviços públicos para todos, interesse geral acima dos lobbies. -----

Depois referiu que também o Senhor Nelson Veríssimo, do JPP, denotou um certo clima de tensão no seio das forças políticas que fizeram parte da Coligação que apoiou a candidatura de Paulo Cafôfo à Câmara Municipal do Funchal, pela sua observação ao comentário do Senhor Paulo Bruno Ferreira, Presidente da Concelhia no Funchal, que ao afirmar: *Se existe partido democrático na Madeira é o PS. Comentou: Resta saber se alguns militantes desse partido agem como democratas. Uma coisa é a organização, outra é os membros dessa mesma organização e umas que andam por aqui a vasculhar na minha página a fim de recolherem materiais para as suas sedentas loco versões numa senha com laivos pidescos eu conheço muito bem. Que sejam felizes.* -----

Como tal, perguntou se existem dois Bloco de Esquerda e dois JPP, um fora e um dentro daquela Casa. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** agradeceu à Senhora Deputada Raquel Coelho as pertinentes questões, mas as suas considerações sobre a Feira do Livro foram enquanto cidadão e munícipe e não como Deputado do BE. -----

Relativamente à perceção da disparidade entre posições públicas assumidas pelos Deputados Municipais do BE e pela atual direção do BE, disse que o BE prima pela pluralidade de pensamento, como tal, todos os militantes daquela força política têm a liberdade de pensar e de expor de forma diferente, livre de qualquer tipo de censura ou condicionante, as suas opiniões. -----

Nesse pressuposto, julga que estão a ser coerentes com a sua essência, a sua matriz e o seu ADN, que é acima de tudo a liberdade, pensamento de expressão e de presença em



qualquer fórum político democrático. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** começou por esclarecer que assumiu a liderança da Juventude Social Democrata no dia vinte e nove do corrente ano e que, enquanto representante daquela Juventude Partidária, não recebeu qualquer Convocatória da Câmara, como referiu o Senhor Vereador João Pedro Vieira. -----

Como tal, não pode ser acusado de não demonstrar disponibilidade ou fazer-se representar. Depois, referindo-se ao Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo Universitário aos estudantes residentes no Funchal, fez as seguintes questões ao Vice-presidente da Câmara: -----

- Como é que pode realizar o cumprimento de uma promessa, quando o Regulamento acima mencionado foi aprovado em reunião de Câmara com um escalonamento distinto do prometido em vinte e oito de agosto, pelo candidato Paulo Cafôfo, e do que foi mencionado na Sessão Extraordinária daquela Assembleia de trinta e um de janeiro? -----

- Como é que pode falar numa promessa cumprida, quando o orçamento em dois mil e dezanove previa um investimento de dois milhões de euros para aquela rubrica, e no dia anterior anunciou que no máximo teria disponibilidade para investir um milhão de euros? -

--- **O Senhor Vereador João Pedro Vieira** pediu defesa da honra, porque não admite, em qualquer momento, o tipo de insinuações que os Deputados do PPD/PSD fizeram, sobre a eventual ausência de comunicação dirigida ao Partido Social Democrata e à Juventude Social Democrata, nomeadamente nas questões relacionadas com o Conselho Municipal de Juventude, pois na sequência da convocatória remetida pelos serviços da Autarquia no dia três de abril, tem em mão a prova do envio da resposta no dia quatro de abril pelas dezoito horas, via email, assinado pela Juventude Social Democrata, indicando que os seus representantes são o Senhor Maurício Ornelas e o Senhor Bruno Melim. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** também pediu defesa da honra para dizer que em momento algum quis faltar à verdade nem ofender o Senhor Vereador João Pedro Vieira, pelo que lhe pede desculpa. -----

Pois, como anunciou foi eleito no dia vinte e nove de abril, em data posterior à Convocatória e email enviado, contudo, no momento, dadas as funções que tem, está disponível para agilizar e facilitar aquele processo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD,** fez os seguintes pedidos de esclarecimento à Senhora Deputada Elisa Seixas:

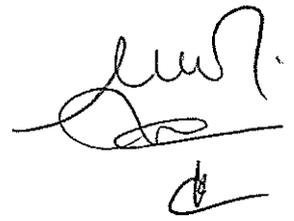
- Em agosto de dois mil e dezassete foi prometido pagar o valor de uma propina a todos os estudantes universitários do Funchal. Por esse valor variar entre mil e mil e duzentos euros e existirem cinco mil alunos no ensino universitário, residentes no Funchal, perceberam que não existem cinco milhões de euros para cumprir com o prometido, como tal, não é uma promessa cumprida, contudo estão a tentar fazer passar para a opinião pública que a mesma foi cumprida. -----

- Depois, manifestou interesse em saber em que situação se encontra o estudo da Polícia Municipal. -----

- Por último questionou qual a previsão do valor e do início da reflorestação do Parque Ecológico do Funchal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** considera que o Senhor Vice-presidente da Câmara deveria reivindicar o título de Presidente da Câmara, porque o Senhor Presidente Paulo Cafôfo, por estar a fazer propaganda política para as Eleições Legislativas Regionais de dois mil e dezanove, pouco ou nada governa em prol dos funchalenses. -----

Depois referiu que, enquanto o Presidente da Câmara Municipal do Funchal viaja e o Deputado Duarte Caldeira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, está



preocupado com a honra dos seus colegas, existe uma família residente no Sítio do Poço Barral, na freguesia de São Martinho, que apesar de estar inscrita há vários anos na Empresa SocioHabitaFunchal e de já ter chegado à fala com o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, vive numa habitação imprópria e com um ambiente insalubre, onde também funciona, ilegalmente, uma oficina de pintura de automóveis. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** fez os seguintes pedidos de esclarecimento: -----

- Uma vez que já está a aproximar-se a época de verão, quais são as medidas, que fazem parte da Resolução aprovada por unanimidade pela anterior Vereação, logo após os incêndios do verão de dois mil e dezasseis, que já estão a ser implementadas? -----

- Aquando da apresentação do Relatório da Atividade da Câmara, parece-lhe haver uma redução em relação à promoção da sensibilização ambiental junto das escolas? -----

- Quais as estratégias definidas para as chamadas políticas dos 3, 5 e 7 Rs? -----

- Porque tem o Gabinete de Arte e Design reduzido os projetos? -----

- Se está previsto algum tipo de intervenção junto Praia dos Namorados? -----

- Qual o ponto de situação do processo de alargamento do Caminho do Jamboto? -----

- Como é que o Município está a acompanhar a retirada do eucalipto que está a obstaculizar a Vereda junto ao Ribeiro, no Caminho da Casa Branca? E como é que está a ser articulado com o Governo, os dois núcleos que estão identificados que representam perigo para as pessoas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Pedro Pereira e Sousa, do PPD/PSD,** questionou como puderam instalar dezassete desfibriladores em locais públicos do concelho do Funchal, sem ter sido dada formação aos Técnicos e sem estarem devidamente certificados pela Proteção Civil? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Helena Maria Pereira Leal, do PPD/PSD,** pediu ao

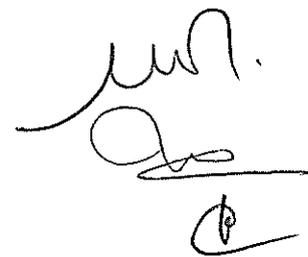
Senhor Vice-presidente da Câmara para esclarecer a criação e implementação do novo espaço sénior na Rua das Cruzes, que anunciou como fazendo parte de uma das novas atividades introduzidas pelo seu Executivo, porque tem conhecimento que o mesmo já existe há alguns anos, aquando das Vereações do PPD/PSD. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC,** interveio para esclarecer o Senhor Deputado Bruno Macedo, sobre a distinção do Regulamento do Apoio aos Manuais Escolares e da Atribuição das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, porque no caso do primeiro, por o ensino ser obrigatório no primeiro, segundo, terceiro ciclo e ensino secundário, o estado, em termos constitucionais, está responsabilizado a torná-lo o mais gratuito possível, assim o que a Câmara está a fazer com aquele Regulamento, vai ao encontro do que diz a Constituição. -----

Relativamente à Atribuição das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, é um compromisso assumido e cumprido pelo Executivo, oito meses após as eleições, abrangendo a classe média / baixa com uma Bolsa quase completa e para a classe com rendimentos mais altos, com o correspondente a três passagens aéreas. -----

Terminou, questionando como é que foi obtido o número de cinco mil alunos (as) -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD** respondeu que julga ser cinco mil o número de estudantes universitários que existem no Concelho do Funchal, mas que mesmo que fossem quatro mil, os quatrocentos mil euros propostos não são suficientes para o valor médio das propinas, e embora saibam quais são as responsabilidades do Governo quanto à Constituição, o que está em causa é que o Presidente da Câmara Municipal do Funchal prometeu uma propina para todos os estudantes do ensino universitário do concelho do Funchal sem exceção, e não é isso que está no Regulamento que a Câmara vai apresentar, assim como, também concorda que, independentemente do critério económico, os manuais escolares sejam dados a todos os



alunos do primeiro ao décimo segundo ano, porque quem ganha mais também desconta mais e por isso deve de ter o mesmo direito. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC,** considera divertida a convicção do Senhor Deputado Bruno Macedo, tendo em conta que a Câmara Municipal do Funchal vai substituir o Governo Regional da Madeira, naquilo que é o cumprimento das suas funções em assumir o pagamento dos manuais ali citados, contudo, folga em saber que considera aquela uma medida mais do que justa. -----

Lembrou ainda, que, conforme consta na ata da Câmara, aquele Regulamento foi aprovado por unanimidade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC,** dirigindo-se à Senhora Deputada Raquel Coelho, lamentou não existir nenhum representante do PTP na Assembleia de Freguesia de São Martinho, porque os assuntos da freguesia são nela discutidos, e os assuntos da cidade são naquela Assembleia discutidos. -----

Contudo, mostrou-se, disponível para receber o PTP na Junta de Freguesia a que preside, para lhe dar todos os esclarecimentos que precisar sobre assuntos de interesse da freguesia. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre a questão do valor das propinas referida pelo **Senhor Deputado Municipal Bruno Melim**, disse que irão esperar pela aprovação da versão final do Regulamento de Bolsas de Estudo aos Universitários, e saber quais são os recursos financeiros que serão ali aprovados com o Pacote Fiscal. -----

- Em relação à reflorestação do Parque Ecológico do Funchal, transmitiu que está a ser feita. -----

- Ao comentário da **Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho**, atentou com uma célebre afirmação de um ministro brasileiro que dizia: *eu não sou ministro, eu estou ministro*. Ou seja, aquele é um período onde estão com aquelas funções e não são aquelas funções. Como tal, quando assumiu o lugar do número dois da lista, estava ciente que quando necessário teria de assumir a substituição do Presidente do Presidente da Câmara. -----
- Em relação às questões colocadas pela **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado**, esclareceu que o Gabinete de Arte e Design continua a trabalhar e que acabou por ter menos trabalhos nos últimos meses, porque há outros Departamentos que estão a ter parte desse trabalho, nomeadamente o Departamento de Arte e Design do Teatro Municipal Baltazar Dias, pelo que, aproveitando a ocasião, relevaria os excelentes trabalhos que têm feito, comprovando com o design da Feira do Livro. -----
- Referindo-se à Praia Formosa, informou que todos os duches estão a ser repostos, à exceção dos que existiam em frente ao Hotel Orca, que são da competência da Sociedade de Desenvolvimento Metropolitana. -----
- Sobre o processo do alargamento do Caminho do Jamboto, clarificou que aquele se encontra no processo de elaboração de onze arruamentos que estão a ser alvo de um levantamento topográfico, para terem os projetos feitos com implantação no terreno para poderem identificar os proprietários e começar os contactos para acordos de cedência. ---
- Em relação à remoção dos eucaliptos no Caminho da Casa Branca, levará o assunto à Fiscalização Municipal para reflexão sobre a melhor solução na sua remoção. -----
- **Ao Senhor Deputado Municipal João Pedro Sousa**, clarificou que, dos dezassete desfibrilhadores que foram adquiridos, um já está entregue e os restantes irão sendo entregues conforme forem sendo dadas as formações ao longo do ano. -----
- **À Senhora Deputada Municipal Helena Leal**, esclareceu que o Centro Comunitário das Cruzes, onde funciona o Espaço Sénior, é o espaço deixado vago pela Universidade Sénior,

que passou a funcionar na antiga escola da Azinhaga, nos Barreiros. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Vieira** para esclarecer as outras questões, tais como: -----

- **Policia Municipal:** foi feito um estudo prévio, depois, nos dias doze, treze e catorze de março, foram feitas visitas a policias municipais no Continente, a que se seguiu uma reunião com a empresa que fez o estudo, no dia dezoito de maio. No momento, estão a aguardar o cronograma de implementação, que faz parte do estudo final que está a ser elaborado. Assim que estiver pronto será entregue para que possam analisá-lo. -----

- **Proteção Civil:** até ao inicio do mês de junho, foram feitas mais de quatrocentas notificações para limpeza de terreno. -----

Sendo cumpridas escrupulosamente as funções da Câmara Municipal do Funchal sobre aquela matéria, tem a certeza, porém, que precisam de continuar a fazer mais e melhor para garantir a limpeza dos terrenos, que, infelizmente, sendo privados, colocam em causa a segurança de todos os munícipes. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** apelou a alguns Senhores Deputados de várias bancadas, no sentido de que a chicana politica não é propriamente a maneira mais adequada de dignificar o exercício da ação politica, por especialmente naquela sessão, terem acontecido cenas que começam a ser lamentáveis numa Assembleia que se pretende civilizada e com a dignidade que ela representa. -----

Depois, passando ao **Ponto Dois - Prestação de Contas Consolidadas - 2017, de acordo com o disposto na al. i) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que teceu as seguintes considerações: -----

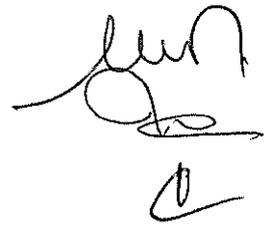
- "A Câmara Municipal tem as suas contas individuais que foram aqui apreciadas na sessão de abril. A essas contas individuais, normalmente é feita, para os Municípios que têm empresas municipais, uma consolidação das contas do Município com as contas das

empresas municipais, e no perímetro da consolidação encontram-se duas empresas, a Frente MarFunchal e a SocioHabitaFunchal, portanto, falarei daqueles que são os reflexos da consolidação da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e da Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

Em relação à Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, esta deu um resultado líquido positivo de 31 mil euros, por seu turno, a Empresa Municipal Frente MarFunchal apresentou um resultado negativo de 336 mil euros depois de impostos. O que, à luz da legislação que regula o setor das empresas municipais e intermunicipais, havendo pelo segundo ano consecutivo um resultado negativo, significa que neste ano esta empresa tem que ter resultados líquidos positivos. Paralelamente a esta prestação de contas, já foi votada em reunião de Câmara a cobertura dos resultados líquidos negativos de 336 mil euros, que é uma imposição legal daquele que é o sócio único maioritário da Empresa Municipal Frente MarFunchal, e também houve, de uma forma de dotar a estabilidade desta empresa, a alteração do contrato de parcómetros, onde a Frente MarFunchal tinha 52% dos proveitos com os parcómetros e a Câmara com 48%, para que a Frente MarFunchal pudesse receber 95% da participação dos proveitos dos parcómetros. -----

Quero agradecer também a presença nesta Assembleia, quer do Administrador da Empresa Municipal Frente MarFunchal, Nelson Abreu, quer do Representante da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, para poderem prestar algumas declarações se houverem dúvidas sobre os respetivos relatórios. -----

Recordo que, quer as contas da Empresa Municipal Frente MarFunchal, quer as contas da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, são aprovadas pela Assembleia Geral de cada uma destas duas empresas e foram aprovadas em maio último, estando a responsabilidade do Município apenas na Consolidação dessas Contas na esfera daquilo que é o grupo municipal. E neste grupo, aquilo que podemos identificar é que, incluindo a Consolidação



da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e da Empresa Municipal Frente MarFunchal, o resultado líquido no exercício global do Município foi de 2,65 milhões de euros no ano de 2017. -----

Também devo dizer que a dívida se reduziu em 8,5 milhões de euros. -----

Uma das obrigações quando as empresas têm resultados líquidos negativos é que a sua dívida releve totalmente para o perímetro da dívida municipal, portanto, nessa circunstância, em vez de reduzirmos nos 9,5 milhões de euros que tínhamos reduzido nas contas individuais, a dívida da Empresa Municipal Frente MarFunchal é uma dívida que é maioritariamente à Câmara Municipal, portanto, são receitas de parçómetros que a Empresa Municipal Frente MarFunchal tinha que entregar à Câmara, assim, essa dívida tem que ser refletida nas nossas contas, como tal, a redução não foi tão evidente, foi de 8,4 milhões de euros. -----

Ainda assim, mantemos uma situação financeira bastante robusta. Temos uma dívida global de 53 milhões de euros e temos uma capacidade de endividamento de cerca de 52 milhões de euros, para um limite global da dívida do grupo, de 101 milhões de euros, sendo esta calculada através da média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos. -----

Em termos de certificação legal de contas, as reservas que tivemos são as mesmas que aquando das contas individuais, nomeadamente sobre as operações de corte de 31 de dezembro, portanto, há sempre alguma verba que só consegue ser classificada no ano seguinte, esta é uma das reservas. -----

A outra reserva refere-se às responsabilidades e às contingências do Município, nomeadamente sobre a probabilidade que os advogados nos dizem de ganhar ou perder os processos que temos em curso, e houve um advogado que, também no ano passado, não nos entregou essa probabilidade. -----

Finalmente temos, também, a questão da valorização do imobilizado do espaço público, a

questão é que não temos uma entidade externa que nos diz quanto, por exemplo, vale em termos de imobilizado a Praça do Município, pelo mercado, nós conseguimos saber que um edifício de direito privado quanto é que pode ser valorizado, no entanto, os bens do domínio público do Município não têm uma valorização por uma entidade externa. -----

Esta é uma reserva que já vem de há muitos exercícios atrás e o custo que teríamos para uma empresa externa identificar todas as praças, as ruas, os jardins que são bens de domínio público não compensa a retirada desta reserva, portanto sempre foi assumido que estando esta reserva aqui, vivemos com ela. -----

Foi retirada também uma reserva que tínhamos com os juros de mora, no exercício do ano passado para este ano, uma vez que passados 5 anos não há nenhum fornecedor que tenha a possibilidade de vir a pedir juros de mora de faturas anteriores." -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

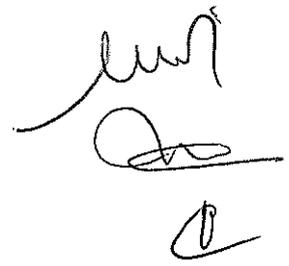
--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** colocou as seguintes questões: -----

- Tendo em conta que se houver a continuidade de três anos consecutivos de prejuízos, a Empresa Municipal Frente MarFunchal, de acordo com a Lei, pode estar perante o risco de uma liquidação da empresa? -----

- Uma vez que na página da internet da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, de acordo com a Lei, estão disponibilizados os órgãos sociais e as suas remunerações porque é que na Empresa Municipal Frente MarFunchal isso não acontece? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** comentou o seguinte: -----

"Em boa hora, foi aprovada, na última reunião camarária, por todas as forças partidárias a proposta de recomendação do Senhor Vereador Rui Barreto ao Executivo, para que as receltas por via dos parcometros, fossem de 52% para 100% diretamente para a Empresa



Municipal Frente MarFunchal, o significa um aumento de receita na ordem dos 430 mil euros. -----

Assim, se algum grupo municipal não concorda com a proposta do Vereador Rui Barreto, eventualmente, esta empresa teria que fechar, portanto, não vale a pena o burburinho político, nós temos que ser coerentes, congruentes e temos que pôr em causa as pessoas que trabalham na Empresa Municipal Frente MarFunchal, por isso, nós estivemos e estaremos sempre na primeira linha da frente a defender os trabalhadores dessa mesma empresa. -----

Igualmente foi perguntado: “Relativamente à página 5 da Prestação de Contas, que fala das correções do exercício face a valores a pagar das empresas, não acha que são valores muito elevados de dívidas resultantes, nomeadamente de fornecimentos de água, de receitas, dos parçómetros, de uma análise patrimonial? -----

Concorda ou não que a descida do resultado líquido do exercício, por exemplo, no ano de 2016 que eram de 6 milhões 244 mil euros e em 2017 temos resultados líquidos do exercício da conta consolidada de 2 milhões 417 mil euros, é uma quebra substancial relativamente ao ano de 2016? -----

O porquê de haver esta quebra do ano de 2016 para o ano de 2017 dos resultados líquidos do exercício? -----

O porquê de no ano de 2017 haver 20 milhões de euros e no ano de 2016 somente 14 milhões de euros na área de fornecimentos e serviços externos? -----

Relativamente à área das transferências de subsídios correntes, também há um acréscimo consubstancial face ao ano de 2016. O porquê de haver este acréscimo no ano de 2017?

Portanto, tudo isto reflete-se a um total de custos operacionais de 62%, não acha que é preocupante para todos nós, esta oscilação de resultados dos custos operacionais no ano de 2017? -----

Relativamente ao resultado líquido do exercício, se não houvesse a expressão monetária quantificável nesse mesmo relatório de 6 milhões 334 mil 225 euros, eventualmente que o resultado líquido do exercício, já não seria de 2 milhões de euros, mas seria se calhar um resultado líquido do exercício negativo, porque nessa mesma prestação de contas, se não houvesse esses resultados extraordinários para o Município ou para as Empresas Municipais Frente MarFunchal e SocioHabitaFunchal, estaríamos a ter ou não um resultado líquido negativo? -----

Na página 7 do relatório, apresentam um quadro síntese de dívidas de terceiros de curto prazo. Esta rubrica também aumentou no ativo de 8 milhões 633 mil euros no ano de 2016, passamos para 13 milhões de euros no ano de 2017. Gostaríamos de saber a razão deste aumento, face a direito da dívida sobre terceiros. -----

Relativamente à dívida do grupo municipal, numa ótica de gestão financeira e falamos de compromissos, exercícios futuros assumidos no ano que não se concretizaram em termos de pagamento. -----

Rubrica de fornecedores de conta corrente, a curto prazo 9 milhões 479 mil euros, não acha que se trata de um saldo muito alto relativamente aos fornecedores de conta corrente? ----

Pois a Câmara neste caso está a assumir pagamentos a terceiros nesta rubrica até 1 ano, gostaria de obter uma resposta técnica e política sobre esta matéria. -----

Para terminar, quem são os outros credores das empresas que estamos a analisar e do Município do Funchal?" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD**, relatou o seguinte: -----

- "Não queria deixar de fazer uma pequena nota introdutória porque aquilo que aconteceu hoje nesta Assembleia Municipal, foi, na minha opinião, um episódio grave para não dizer caricato. -----

A verdade é que havia uma data acordada entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal do Funchal, este faltou a esta Assembleia e a verdade é que isto revela a falta de respeito que alguns têm por quem os elegeram e por quem aqui nós representamos nesta Assembleia. -----

É um episódio que eu considero negro, mas não é de estranhar o comportamento, uma vez que nada disto espanta quando toda uma eleição foi baseada numa mentira e em promessas que não fazem tensão de cumprir. -----

É esse o problema da cidade do Funchal. É um problema que neste momento se coloca e que, na minha opinião, só se resolveria de uma outra forma, porque há aqui de forma evidente um problema de legitimidade e de autoridade deste Executivo perante os munícipes do Funchal. -----

Essa falta de legitimidade advém do facto de ter sido eleito com base numa mentira. -----

A falta de autoridade advém de não se saber quem é que de facto manda na Câmara Municipal do Funchal. -----

Mas percebe-se que o protagonista desta história não queira de forma alguma clarificar a situação, até porque o ordenado deve dar jeito e sempre arranja umas benesses com estas viagens inesperadas de última hora para ir para Jersey. -----

De qualquer forma, o melhor exemplo da falta de legitimidade e de autoridade que se colocou hoje nesta Assembleia, prende-se com a questão que foi afluída na parte da manhã sobre as Hortas Urbanas. Todos nós aqui reparamos que o Presidente da Câmara Municipal do Funchal afirma uma coisa e o Senhor Vice-presidente da Câmara e a Senhora Vereadora vêm agora dizer outras. Portanto, isto é o problema da ausência do Presidente da Câmara nesta Sessão, era ele quem deveria estar aqui como máximo responsável por esta política, e ele não está aqui hoje para defender aquilo que são as suas bandeiras. ----

Posto isto, passemos à análise das Contas Consolidadas de 2017, é de registar que as

Vendas e Prestações de Serviços em 2017 passaram para 25 milhões de euros, os Impostos e Taxas para 38,5 milhões de euros, as Transferências e Subsídios Obtidos para 14,4 milhões de euros, para um conjunto de proveitos totais de 88,1 milhões de euros, ou seja mais 3,1%. -----

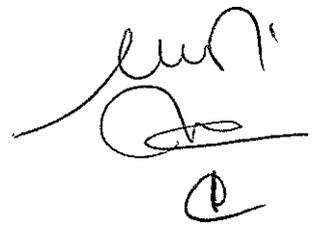
O que deixa também, na parte dos Custos, uma questão que já foi afluada pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, que é a questão dos Fornecimentos e Serviços Externos onde se regista um aumento de 6,6 milhões de euros, ou seja 47% de um ano para outro, em 2016 havia 14,6 milhões de euros em Fornecimentos e Serviços Externos, em 2017 passam para 20,8 milhões de euros. -----

Isto é uma situação que o PSD jamais podia deixar passar, porque por aquilo que sei, foi solicitada informação adicional sobre este ponto na reunião de Câmara e ela simplesmente não foi fornecida, porque mais uma vez as informações que são solicitadas pelo PSD nunca são atendidas ou respondidas pela Vereação. -----

É de facto elucidativo que a dívida total em 2017 seja de 54,4 milhões de euros, que junta a Câmara Municipal, a Empresa Municipal Frente MarFunchal e a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal. -----

Mas também é interessante ver que as coisas não são como aquilo que nos apregoam, há de facto um elevadíssimo peso dos impostos, como está presente na página 8 na Rubrica de Impostos e Taxas, porque é aquela que tem mais peso no total dos proveitos e ganhos, porque os Impostos Diretos é onde se destacam os 15 milhões de euros do IMI e 11 milhões de euros do IMT. -----

É interessante a refutação de qualquer responsabilidade na tragédia do Monte, que diz, *em 15/08/2017 ocorreu a queda de uma árvore no Largo do Monte que provocou a morte de 13 pessoas. O município do Funchal refuta qualquer responsabilidade pelo incidente que se verificou pela queda da árvore, que se encontrava plantada num terreno que não é*



propriedade da Autarquia e que além disso estava saudável, posição que foi reforçada no relatório preliminar emitido por um perito independente, que concluiu que a árvore apresentava um bom estado global... Isto deixa-nos um pouco apreensivos, uma vez que ainda recentemente foi anunciado que a Câmara Municipal iria assumir todas as responsabilidades, mas neste relatório já assume que não tem qualquer responsabilidade sobre o assunto, porque tem um relatório de um técnico contratado pela própria Câmara. - Depois também é interessante ver que no relatório de auditor externo há algumas reservas que o Senhor Vice-presidente da Câmara já tentou explicar, mas também é necessário notar que esta Câmara Municipal demonstra alguma falta de transparência, que para nós é preocupante, allás esta Câmara obteve 55 pontos em 100 possíveis no índice de transparência, o que quanto a nós não é de facto um bom indicador porque nós pensamos que quem veio, quem trouxe e quem prometeu tanta transparência, tem que fazer muito mais e melhor por aquilo que são as exigências dos novos tempos. -----

Ao contrário do que é dito e afirmado pela Câmara Municipal, há de facto uma cobrança de muito mais impostos. Em 2007 comparativamente a 2016, só os Impostos Diretos aumentaram 11%, ou seja, mais 3,1 milhões de euros e os Impostos Indiretos aumentaram 6% qualquer coisa como 210 mil euros. Taxas, Multas e Outras Penalidades aumentaram 49% mais 1,2 milhões de euros, só nestas três rubricas a receita da Câmara aumentou 4,6 milhões de euros em 2017. Ou seja, a verdade é que ao contrário daquilo que é dito frequentemente, a Câmara Municipal nunca cobrou tantos impostos como cobra agora e isso é que é a grande verdade sobre este assunto. -----

Apesar do aumento dos impostos cobrados, na nossa opinião, não se vislumbra melhoria na atuação da Câmara Municipal do Funchal. A Reabilitação continua por fazer, a Revitalização do Comércio também não existe, a Habitação, depois de ter sido garantido na campanha de 2017 num cartaz *Amianto Zero Cumprimos*, ainda nem sequer

foi inaugurado o único fogo, a Requalificação das Zonas Altas continua por realizar e em geral as estradas estão piores, os derrames de água sucedem e a cidade está muito mais degradada do que estava a um ano atrás. -----

Depois também ao contrário do que se diz, esta Câmara é talvez a pior de sempre a fazer investimento, apenas 4,1 milhões de euros investidos em 2017, e tudo isto é mais estranho quando em 2016 foi pedido um empréstimo de 10 milhões de euros, do qual foi apenas utilizado 1,4 milhões de euros. Mais, a Câmara Municipal do Funchal também tem 3 milhões de euros do Instituto de Turismo de Portugal e ninguém sabe onde é que ele foi usado nem onde é que ele está. -----

Depois, a Câmara Municipal tem aprovado pelo IDR, desde 2016, cerca de 20 milhões de euros de apoios do POSEUR que é para investimento direto na cidade. -----

Portanto, não se percebe porque é que estes investimentos não são feitos e porque é que, afinal, se continua a ficar com resultados líquidos positivos, ou seja, continua-se a ganhar dinheiro à conta dos funchalenses, quando devia acontecer exatamente o contrário, ou seja, devia-se baixar as receitas ou devolver mais dinheiro do IRS ou baixar os impostos diretamente, para que houvesse uma compensação direta sobre este aumento da receita. Tudo isto, para dizer que, e ao contrário também do que foi dito, não houve nenhum milagre financeiro relativamente às contas do município, porque é verdade que a dívida reduziu em 8,8 milhões de euros, só que 96% desta redução, ou seja 8,5 milhões de euros, ocorre nos empréstimos e acordos de pagamento já negociado, definidos e contratados na última vereação do PSD, apenas 4% é responsabilidade direta deste Executivo, sinal que afinal as coisas não estavam assim tão más e que afinal o PSD também sabe fazer o seu trabalho. Posto isto, o PSD não vai assumir em circunstância alguma a responsabilidade da aprovação deste Relatório de Contas, porque é preciso mostrar detalhadamente a esta Assembleia onde foram gastos mais de 20 milhões de euros em Fornecimento e Serviço



Externo, e porque é preciso perceber claramente a natureza das reservas manifestadas pela própria empresa de auditoria, porque também é preciso reforçar que há uma falta de transparência nesta Câmara Municipal do Funchal. -----

Não vai assumir porque é preciso denunciar o horror que esta Câmara Municipal tem em assumir as suas responsabilidades e não vai assumir, porque é preciso que o seu principal responsável político tenha a noção que esta Assembleia merece respeito. -----

Não vai assumir porque é preciso denunciar que esta Câmara Municipal é prisioneira de manobras de propaganda que nada têm que ver com a realidade que exhibe. -----

Depois também não vai assumir porque é preciso denunciar que esta Câmara Municipal está presa numa liderança inexistente e na precariedade do exercício das funções do Presidente. Porque é preciso realmente denunciar que esta cidade é prisioneira de uma pessoa que vive num sistema de bipolaridade e isto não é admissível para os munícipes do Funchal, isto precisa de ser denunciado e é por isso que o PSD vai votar contra este Relatório de Contas. -----

Mais exemplos podíamos ir buscar e tudo porque esta Câmara Municipal é também prisioneira das suas próprias contradições, ou seja, aquilo que diariamente diz na opinião pública, não tem correspondência com aquilo que diz este Relatório, porque o que ele diz é exatamente o contrário daquilo que os responsáveis camarários apregoam. -----

A Câmara diz que investe, o relatório diz que não há investimento. -----

A Câmara diz que houve um milagre nas finanças do Município, o relatório diz que afinal apenas 4% é da sua responsabilidade. -----

A Câmara diz que não há dívidas a fornecedores, o relatório diz que afinal há dívidas a fornecedores. -----

A Câmara Municipal diz que não deve nada à ARM, o relatório diz que há dívida potencial à ARM. -----

A Câmara Municipal diz que é amiga fiscal das empresas e dos cidadãos, o relatório diz que nunca houve tanta cobrança de impostos. -----

A Câmara Municipal diz que há redução do IMI, o relatório diz que o IMI aumentou para 15 milhões de euros. -----

A Câmara Municipal diz que fez um esforço financeiro para devolver IRS às famílias, o relatório diz que só nos últimos 3 anos ficaram 10 milhões de euros em caixa. -----

A Câmara Municipal diz que baixou os impostos, o relatório diz que afinal houve aumento nos impostos. -----

E finalmente, a Câmara Municipal diz que vai assumir todas as suas responsabilidades na tragédia do Monte, o relatório diz que a Câmara Municipal já se excluiu de qualquer responsabilidade." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta referiu o seguinte: -----

- "Quando o Senhor Vereador Rui Barreto propôs a medida atrás referida, no seio do executivo camarário, tinha ciente as consequências que isso poderia ter no Orçamento da Câmara? Porque, ao decidir-se que as receitas da Frente MarFunchal, em vez de serem 52% passarem a ser 95% retirando às receitas da Câmara, isso eventualmente poderia implicar ter que elaborar um orçamento retificativo, porque haveria uma perda de receita da Câmara do mesmo valor e essa perda repercutir-se-ia depois em menos valor disponível para aplicar na despesa. Assim, gostaria de saber se essa questão foi tida em conta pelo CDS-PP aquando da proposta dessa medida? -----

Porque aquando do anúncio dessa medida e no âmbito das reuniões internas que o GMC tem com a Vereação, os Deputados do BE tiveram o cuidado de questionar o Senhor Vereador com o pelouro das Finanças sobre se essa medida implicaria uma diminuição na



receita equivalente a esse valor, e se isso implicaria a realização de um orçamento retificativo. A resposta que obtivemos foi que não vai haver orçamento retificativo, pois essa medida não vai implicar uma diminuição na receita do orçamento, porque as receitas estão elaboradas de acordo com a média dos últimos 24 meses e como nos últimos 24 meses essa verba já não foi sendo distribuída da Frente MarFunchal para a Câmara, ficando em dívida, a receita que está orçamentada, no fundo já está implicitamente a prever essa não arrecadação da verba da Frente MarFunchal. -----

Mas a questão que aqui se coloca, e parece que não ficou evidente, é que isto sendo uma dúvida legítima, será que o CDS-PP nessa sua superioridade relativamente ao encontrar as soluções, teve em conta o impacto que isso podia ter no Orçamento camarário e na redução da despesa que isso poderia implicar? -----

Portanto, não pomos em causa a solução, porque efetivamente como nos foi esclarecido não vamos ter esse impacto negativo nas receitas do Orçamento camarário, mas e se o tivéssemos? Acho que era um fator a ter em conta aquando da apresentação e consideração dessa medida, mas pelo que depreendi, todas as declarações publicamente feitas pelo CDS-PP e pelos seus representantes, em nenhuma ficou patente essa preocupação com o eventual impacto negativo que isso poderia ter no orçamento camarário." -----

Passando à intervenção do **Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo**, registei que o enfoque dado na discussão deste ponto, foi parecendo que estávamos a voltar ao ponto da Assembleia Ordinária de abril, onde discutimos as contas da Câmara, porque como aqui referiu o Senhor Vice-presidente da Câmara, estas Contas Consolidadas resultam unicamente de estar a incorporar nas contas que já foram politicamente discutidas em abril, as contas das duas empresas municipais. No entanto, estranhei que o enfoque dado na intervenção do PSD, foi praticamente fazer uma análise às contas numa ótica centrada na

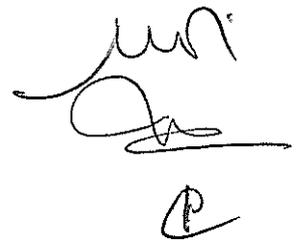
atividade da Câmara e não das Empresas Municipais. -----

Portanto, se realmente o enfoque foi no sentido de legitimamente ter pontos de crítica e de reparo à ação da Câmara, isso significa que implicitamente não terão encontrado nas contas das empresas municipais aspetos dignos e de realce que poderiam ser usados como arma de arremesso político para atacar a Câmara, porque não visualizamos nenhuma contestação social há política e às opções de âmbito social que estão a ser implementadas pela Empresa Municipal Frente MarFunchal.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP** sobre o esclarecimento do Senhor Vice-presidente da Câmara, realçou e regozijou o sentido quase abnegado como assume as funções de Presidente da Câmara Municipal do Funchal, contudo pergunto-lhe se a razão para a qual o Senhor Presidente Paulo Cafôfo não se demite das suas funções para se dedicar inteiramente à campanha eleitoral para as Eleições Legislativas Regionais de 2019, não será por temer não conseguir atingir os seus objetivos de chegar à Presidência do Governo Regional. -----

Porque vê os Partidos da Coligação, de uma forma continuada, a abandonar a sua confiança na Coligação que governa a Câmara Municipal do Funchal, tais como, o PND, o PTP, parte do BE e parte do JPP, pelo que se prenuncia que em dois mil e dezanove o Partido Socialista vai estar sozinho. -----

Relativamente à questão da Empresa Municipal Frente MarFunchal, realçou que uma das grandes preocupações que tem sido manifestada pelo PTP, prende-se com os investimentos que são feitos nas várias infraestruturas balneares do Funchal, tuteladas pela Câmara Municipal do Funchal e pela Empresa Municipal Frente MarFunchal, sem ter em consideração que todos os investimentos marítimos são investimentos de risco e que é preciso ter uma contenção e critérios, porque a qualquer momento podem ser destruídos pelo mar. -----



Por isso, apelou ao bom senso dos Responsáveis pela Empresa Municipal Frente MarFunchal e dos Responsáveis da Câmara Municipal do Funchal, que sejam modestos naquele tipo de investimento e que priorizem aquilo que é importante, porque ainda há muita gente com dificuldades e a precisar de ajuda na cidade do Funchal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, em nome do seu colega Gonçalo Pimenta, respondeu à insinuação feita pelo senhor Deputado Municipal Rodrigo Trancoso, de que quando o Vereador do CDS-PP, Rui Barreto, apresentou a solução relativa à Empresa Municipal Frente MarFunchal, parece que o fez com algum amadorismo, porque parece que apresentou uma solução sem ver os prós e contras. Como tal, surgiu-lhe a dúvida, se o Senhor Deputado Municipal Rodrigo Trancoso é contra aquela solução em si ou se é contra o facto de não ter sido apresentada pelo seu próprio partido. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, considerou legítima a dúvida surgida e esclareceu que a sua intervenção não foi no sentido de denegrir aquela medida, simplesmente quis lançar aquela questão para estarem cientes, de que quando apresentam soluções e medidas devem sempre analisá-las no seu impacto global, porque a mesma tinha a possibilidade de implicar uma redução na receita em termos do Orçamento da Câmara. Mas face ao esclarecimento por parte do Senhor Vereador das Finanças numa reunião interna do GMC, de que não iria ter impacto nas receitas da Câmara, a posição da sua bancada sobre aquela medida é totalmente favorável.

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** para esclarecer os intervenientes, dizendo o seguinte: -----

- "Vou começar os esclarecimentos com um ponto prévio. Eu noto que o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, do PSD, não está na parte da tarde nesta Assembleia Municipal, o que de repente fez-se luz, porque percebi que a vontade de adiar esta

Assembleia, era se calhar o objetivo de não fazer a sessão hoje, porque a verdade é que quem criou toda esta celeuma, acabou por se retirar e fazer uma viagem para o Porto Santo. Começando por responder à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado** sobre a dívida da Empresa Municipal Frente MarFunchal e sobre o fecho da mesma, “de facto assim o é, nós neste momento contamos com dois exercícios com resultados líquidos negativos e ao terceiro resultado líquido negativo daquela empresa municipal, esta tem, numa perspetiva legal, obrigatoriamente de ser fechada, o mesmo ocorre se fizermos subvenções à empresa superiores em 50% da totalidade das suas receitas. -----

Foi desde a primeira hora intenção deste Executivo acabar com as transferências que eram feitas, normalmente cerca de 350 mil euros / ano, a exemplo de que também são feitas neste momento para a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, eram transferências justificadas com o preço social dos bilhetes das entradas nos complexos balneares. -----

A nossa intenção, quando transferimos toda a atividade dos parcómetros para a Frente MarFunchal, que também tem custos, não são só proveitos, era dotá-la de uma sustentabilidade e autonomia financeira para poder sobreviver sem este tipo de subvenções do Município, infelizmente não conseguimos, daí estarmos a aumentar a participação no contrato. -----

Recordo que em termos de capitais próprios negativos, anteriormente a Frente MarFunchal já foi recapitalizada com cerca de 1 milhão de euros, inclusive, como recomendação de uma auditoria do Tribunal de Contas, recapitalizada entre 2012 e 2014 em cerca de 1 milhão de euros, tranche de 50 mil euros /ano, para equilíbrio de capitais próprios. -----

Esta solução que foi apresentada, independentemente de quem tenha a paternidade, julgo que tem as condições, e terá com certeza este ano em exercício para salvaguardar todas estas situações que aqui referi, nomeadamente e no limite o encerramento da empresa, e a assunção por parte do município de todas as atividades que são hoje em dia atualmente



prestadas pela Frente MarFunchal. "-----

Respondendo à questão que foi levantada pelo **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** sobre os resultados líquidos no exercício e sobre os Fornecimentos de Serviços Externos, "há uma questão que explica quer aquilo que foram dívidas a terceiros, quer fornecimentos de serviços externos. -----

Com o encerramento da IPM - Iluminação Pública Madeira, o Município tinha proveitos de ocupação de espaço público de cerca de 3,5 milhões euros / ano e tinha despesas de 2,7 milhões de euros com a iluminação pública, portanto, como se recordará nós votamos a assunção das competências por parte do Município da IPM, essas competências neste momento estão vertidas nas nossas contas. Daí estarem refletidas não só em termos de dívidas a receber de terceiros, que a Empresa de Eletricidade tem para com o Município do Funchal, mas também a nossa dívida de iluminação pública, uma vez que há um contencioso sobre essa matéria que não é só do Município do Funchal, são dos 11 Municípios da Região que reclamam pela alteração do Decreto Legislativo 2/2007, cuja alteração foi feita em 2015, que subtrai aos Municípios na totalidade cerca de 1,6 milhões de euros. Foi uma legislação onde os Municípios recebiam de taxas de ocupação cerca de 7 milhões de euros e com essa alteração legal, passam a receber cerca de 6 milhões e 300 mil euros e está a ser contestada porque não foi acautelado o regime transitório, a exemplo do que quando essa lei a nível nacional entrou em vigor. -----

Em termos de outros credores, são credores que o Município tem que não se enquadram em nenhuma das outras rubricas, nomeadamente o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que foi criado em 2015 e o Município do Funchal foi obrigado compulsivamente, como todos os Municípios, a capitalizá-lo e tivemos uma capitalização nesse fundo de 2,7 milhões de euros. Ora, sendo considerado um ativo financeiro, classifica-se de um ponto de vista de rubrica patrimonial aqui nesta rubrica. -----

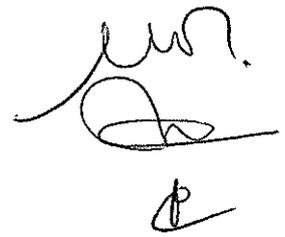
Também existem aqui, umas faturas de factoring que foram cedidas ao Santander em 2005, de dívidas da Valor Ambiente que o Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo classificou de boa gestão. Deixou-se de pagar, mas fizemos um plano de pagamento, portanto deixamos isto encaminhado, quem vier a seguir que pague, mas nós como já fizemos um plano de pagamento isto está em condições. -----

Em termos de Transferências Correntes, houve um conjunto de aumento de Transferências Correntes de um ano para o outro, que estão explicadas nas contas individuais na página 39." -----

À **Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho**, que falou sobre o passadiço da Praia Formosa, foi um investimento de cerca de 70 mil euros e que foi acautelado na altura da intempérie das marés vivas retirando o passadiço, já foi recolocado encontrando-se neste momento em funcionamento, porque a sua natureza amovível permite fazer este tipo de solução. -----

“Apesar de aquela zona ser de domínio marítimo, o Município substituiu-se, neste caso, a quem tem a tutela daquela área, por exemplo, o late Bar que sempre foi uma concessão da Câmara Municipal do Funchal, que está fechado há 2 anos, eram receitas que sendo concessionadas pela Câmara eram suas. Mas quando há 2 anos pretendemos voltar a fazer a concessão do espaço, lançando um concurso, tivemos, por parte do Governo Regional, uma tomada de posição: *atenção, isto é, nosso, é do domínio público marítimo, vocês não podem concessionar o espaço*. No entanto, o passadiço já não era de domínio público, já não era da responsabilidade do Governo Regional, foi a Câmara que lá colocou o passadiço. Independentemente destas questões o que nos move é a melhoria das condições de acesso ao mar de todos os funchalenses e de quem nos visita.” -----

Em relação ao **Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo**, “a narrativa que aqui apresentou acaba por me lembrar um pouco aqueles alunos que deixam todo o trabalho de



casa para fazer no secundário e não têm paciência para ler *Os Maias*, depois compram aqueles caderninhos amarelos de resumo, leem numa semana e fazem o trabalho parecendo até que perceberam aquilo que foi o teor da lição. Mas, eu relevo a questão do Senhor Deputado Bruno Macedo, porque ele não esteve na Assembleia onde foram apreciadas as Contas Individuais, no entanto, se forem analisar atentamente as Contas Individuais, que são mais parecidas com o volume d' *Os Maias* quando comparado com as Contas Consolidadas, que é mais parecido com o caderninho amarelo, é mais fácil lê-las e criar uma narrativa em seu torno, do que ler o documento completo. A verdade é que não perdendo tempo lendo as Contas Individuais e criando uma narrativa em torno das Contas Consolidadas, obviamente o resultado foi o que se viu aqui. -----

E fomos acusados de falta de transparência, e eu vejo uma pretensão por parte do PSD que o Executivo da Câmara faça o trabalho de casa em termos de oposição dos seus deputados municipais, para que possam desistir de ler os documentos que são apresentados e vir opara aqui criar uma narrativa. -----

Em relação àquela que foi a alusão ao índice de transparência, é preciso que se refira que estamos largos pontos acima do score obtido pelo anterior Executivo do PSD, portanto, se estamos assim tão mal imaginem como é que se estava antes. -----

Em termos dos Fornecimentos Externos, como já referi, está na página 39 a explicar onde é que foram os seus aumentos e as suas reduções. -----

Em termos das Transferências Correntes, estão explicadas linha a linha todos os valores sem exceção, é uma questão de se darem ao trabalho de ler o documento. -----

Sobre Dívidas a Terceiros, mais uma vez não há opacidade nenhuma, porque estão todas referidas no fim do relatório, portanto façam o vosso trabalho de casa e estudem a documentação que vos é entregue, porque está lá toda a informação. -----

Em relação ao que foi referido sobre o aumento inqualificável dos impostos no concelho do

Funchal, dizendo que esta Câmara no ano passado aumentou multas e penalidades como nunca se recebeu no Município do Funchal, é verdade, mas há uma justificação, porque o Governo da República pagou a todos os Municípios do País aquilo que tinha retido nos últimos 12 anos de receitas referentes a multas e penalidades que são do Município e estavam retidas no Ministério das Finanças. -----

Em termos de Impostos e do IMI é preciso perceber que nós temos a taxa de IMI mais baixa de sempre no concelho do Funchal, e em cima disso aplicamos o IMI Familiar, dizer que estamos a cobrar mais impostos dentro daqueles que são os nossos graus de liberdade desta Assembleia para aprovar o pacote Fiscal, é estar a distorcer a realidade, não há forma de diminuirmos mais o IMI, coisa que em 2013 quando cá chegamos o IMI estava em 0,35. Agora, se souberem alguma forma de que o Município deixe de receber o IMT por via da dinamização do mercado imobiliário, expliquem-no aqui, porque eu não sei como é que o Município pode dizer que não quer receber o IMT ou vai baixar a taxa do IMT, não está com certeza nas competências da Autarquia. Mas, percebemos hoje que há uma dúvida muito grande sobre aquilo que são competências dos Municípios e aquilo que são competências de terceiros. -----

Ainda hoje vimos aqui aprovada, uma recomendação a obrigar uma Empresa Municipal a pagar algo que nem podem pagar, numa competência que não é da Assembleia. Há um desconhecimento atroz sobre aquelas que são as competências. -----

Em termos de dívida, já me começa a ser quase de alguma forma conflagrador ver o PSD a hastear bem alta a bandeira do PAEL como se fosse um prémio de boa gestão. E não é. O PAEL foi um resgate, como foi antes dele o Pagar a Tempo e Horas e o PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado. Foram 3 resgates que o PSD fez e subscreveu este Município no mandato de 2009 e 2013, substituindo dívida comercial por dívida financeira. Portanto, não são prémios de boa gestão, antes pelo



contrário, são resgates porque impuseram condições e ainda hoje estamos a pagar o preço de termos sido obrigados a reduzir 2% ao ano no número de funcionários, e ainda nos perguntam porque é que subimos os fornecimentos e serviços externos? -----

Porque precisamente temos menos trabalhadores para fazer o mesmo nível de serviço, temos de contratar mais, como foi contratado o ano passado, que como eu disse está tudo aqui no Relatório de Contas Consolidadas, que se dessem ao trabalho de ler, saberiam com certeza as perguntas desnecessárias que foram aqui feitas pelo Senhor Deputado Bruno Macedo, que eu como disse, relevo uma vez que ele não esteve aqui na Assembleia.”

- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dois - Prestação de Contas Consolidadas - 2017, de acordo com o disposto na al. i) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com vinte e três a favor, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, dezassete votos contra, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, um voto do PTP e uma abstenção do PCP/PEV-CDU, não tendo estado presente nesta votação o deputado municipal da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC,** fez a seguinte declaração de voto: “Peço que esta declaração de voto seja anexa à ata desta sessão. -----

Apesar do meu voto favorável à Prestação de Contas Consolidadas de 2017, não posso deixar de passar em claro dúvidas e questões técnicas suscitadas pelo documento apresentado. -----

“Assim, é incompreensível, inaceitável e tecnicamente incorreta a aprovação de Contas Consolidadas em que os saldos entre grupos não sejam coincidentes. Nesse sentido, derivado da situação apresentada relativamente à Frente MarFunchal, propomos que o

acionista único promova na Frente MarFunchal uma auditoria operacional, cujo objetivo seja avaliar o funcionamento da Empresa fornecendo um diagnóstico operacional, propondo soluções voltadas para a eficiência económica e de utilização de recursos humanos.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** manifestou: “Que fique também registado em ata a aprovação do Grupo Municipal do CDS-PP na Prestação de Contas Consolidadas de 2017, porque propôs e fez o trabalho de casa e não admitimos que outras pessoas venham agora transmitir que o CDS-PP não fez o trabalho de casa. Nós fizemos o trabalho de casa com a questão da transferência da receita dos parçómetros de 52% para 100% para a Frente MarFunchal, e que fique de uma vez por todas nesta Casa clarificado, que há um aumento de 433 mil 955 milhões euros. -----
Por isso, quando se faz bem o trabalho de casa, quando se analisa bem as contas, quando se propõem, as coisas são bem-feitas, daí que nós votamos favoravelmente esta Prestação de Contas Consolidadas de 2017.” -----

--- Por esta ocasião o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que por serem dezoito horas os trabalhos deveriam encerrar, tendo o **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, proposto que os trabalhos continuassem pelo menos até às dezanove horas. -----

--- De seguida, o **Senhor Deputado Municipal Pedro Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, do PPD/PSD** manifestou que ele, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia do Monte, da Sé e de Santo António, teriam dali a meia hora reunião de Assembleia de Freguesia, pelo que propôs que a sessão tenha continuação na terça-feira seguinte. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que isso é um conflito de interesses e que a Assembleia desde que tenha vinte e dois deputados presentes, pode continuar. --



Sendo colocada à votação a possibilidade daquela sessão continuar até às dezanove horas, conforme propôs o Senhor Deputado Sérgio Abreu, foi aprovada por maioria. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação a proposta de alteração à ordem de trabalhos**, para que o Ponto Três - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, de acordo com o disposto na alínea h) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, passe para o último ponto da ordem de trabalhos, pelo motivo de que o Senhor Vereador Bruno Martins, responsável por esse plano, não estar presente na sala, porque teve de se ausentar na parte da tarde daquela Assembleia, o qual foi **aprovado**. --

--- Dando continuidade à ordem de trabalhos o Senhor Presidente deu a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, que apresentou o **Ponto Quatro - Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano de 2018, de acordo com o disposto na al. o) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** dizendo que a Alteração ao Mapa de Pessoal se deve ao facto de ser necessário responder às necessidades da legislação dos vínculos precários, que têm de ser regularizados e que surgiu no final de dois mil e dezassete. -----

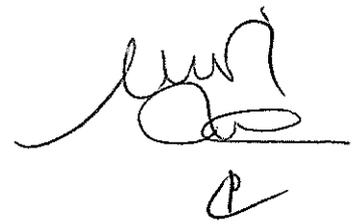
--- Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Quatro - Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano de 2018, de acordo com o disposto na al. o) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, aprovado por unanimidade**, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte votos do GMC, onze do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do PTP, não tendo estado presente nesta votação o deputado municipal da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- Passando para o **Ponto Cinco - Relatório Final de Análises das Propostas das Instituições de Crédito para Contratação de Empréstimos de Médio/Longo Prazo para Aplicação na Liquidação Antecipada do Empréstimo PAEL, Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com o disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao **Senhor Vice-**

presidente da Câmara que explanou o seguinte: "A exemplo do que outros Municípios também já fizeram, nós estamos a propor à Assembleia a adjudicação de uma operação de substituição de dívida para liquidar integralmente o PAEL e podermos ter uma taxa de financiamento para este empréstimo, melhor do que aquela que estamos a pagar ao Governo da República, ou seja, neste momento temos uma dívida do PAEL de 19 milhões de euros, colocamos o valor ao mercado e quem apresentou as melhores condições foi o Banco Santander Totta, com uma taxa de juro fixa de 1,69, o que nos permite na maturidade do empréstimo, ter uma poupança de 539 mil euros em juros." -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Cinco - Relatório Final de Análises das Propostas das Instituições de Crédito para Contratação de Empréstimos de Médio/Longo Prazo para Aplicação na Liquidação Antecipada do Empréstimo PAEL, Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com o disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte votos do GMC, doze do PPD/PSD, três votos do CDS-PP e duas abstenções sendo uma do PCP/PEV-CDU e uma do PTP, não tendo estado presente nesta votação o deputado municipal da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- Depois, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, que apresentou o **Ponto Seis - Regulamento Municipal de Atribuição de Manuais Escolares no Ensino Básico, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** dizendo: "Como sabem desde o início da governação da Câmara Municipal do Funchal em 2013, que os Executivos que aqui estiveram, têm estado a apostar de uma forma sistemática na Educação, tentando usá-la como uma ferramenta contra a exclusão, contra a pobreza e contra a discriminação. -----
A melhor forma de o fazermos é ajudar as pessoas de uma forma em que sozinhas, sem



precisarem de ajuda, consigam autonomizar-se e consigam fugir à exclusão, que como nós sabemos acaba por ser muito incisiva na sua obrigação de quase permanência em escalões sociais com dificuldade. -----

Esta aposta na Educação surgiu logo com o Apoio à Natalidade e à Família, em que nós já prevíamos o apoio às Creches, mas também o apoio à Educação em termos de 1º, 2º, 3º Ciclo e Secundário, já nessa altura com o Regulamento da Natalidade, nós fazíamos o apoio financeiro à aquisição de manuais. -----

Também temos feito uma grande aposta na Educação Formal das pessoas que querem melhorar as suas competências escolares, e por isso também operacionalizamos com a colaboração da Secretaria Regional da Educação, através da Escola Secundária Brazão de Castro, o Projeto: *A Escola vai ao Bairro*. -----

Também temos reforçado muito o trabalho que temos feito com as escolas, nos diferentes programas e em diferentes áreas, inclusivamente na área da cidadania, como também nas questões ambientais, porque sabemos que tudo isso são ferramentas que ajudam a investir num futuro melhor e com cidadãos melhores. -----

O ano passado começámos por apoiar os manuais escolares para o 1º ciclo, uma vez que o Governo Regional decidiu não seguir a normativa nacional, para que todas as crianças do 1º ciclo começassem a ter o apoio aos manuais escolares, esse apoio foi dado a cerca de 4 mil crianças que estudam em Escolas no Funchal. -----

Também tínhamos como objetivo continuar, na lógica do Regulamento do Apoio à Natalidade e à Família, alargar então esse apoio ao 2º e 3º Ciclo. Foi isso que fizemos e é isso que aqui trazemos, sendo que pensamos operacionalizar no próximo ano letivo, os alunos do 2º Ciclo que beneficiarão, para além dos do 1º Ciclo, deste apoio aos manuais escolares e no outro ano letivo serão os alunos do 3º Ciclo. No próximo ano letivo os alunos do 3º Ciclo poderão continuar a ser apoiados através do Regulamento do Apoio à

Natalidade e à Família, com o valor de 70 euros e os alunos do Secundário continuam a ser apoiados com 100 euros, estes serão os únicos que continuaram no Regulamento da Natalidade, a beneficiar do apoio dos 100 euros. -----

Portanto, eu queria só clarificar o que é que está previsto neste Regulamento: -----

- No 1º Ciclo as crianças sem ação social escolar, serão apoiadas com um voucher de 60 euros e as crianças com ação social escolar, serão apoiadas com um voucher de 30 euros, podendo complementar o apoio que já têm através da ação social educativa. -----

- No 2º Ciclo apoiaremos os alunos com 5 manuais escolares criando uma bolsa de manuais, portanto, neste 1º ano os Encarregados de Educação receberão um voucher que lhes permitirá trocá-lo por estes 5 manuais. Os alunos que têm ação social educativa serão apoiados naquilo que a ação social educativa, dentro destes manuais, não apoiar, por exemplo, se na Escola através da ação social educativa não tiverem o livro de atividades, a Câmara Municipal poderá apoiá-los com o livro de atividades dos manuais. -----

- No 3º Ciclo serão estes mesmos manuais, tendo ainda a Físico-Química e a Geografia. - É, portanto, este o documento que vos apresentei para discussão, que já esteve em discussão pública, mas não teve nenhuma participação do público em geral. -----

Relembro que já colocaremos em discussão pública o da Bolsa dos Alunos do Ensino Superior, está novamente aberto à participação e podem divulgar para vermos se melhoramos o documento, portanto, esta é uma aposta que nós fazemos na Educação e no futuro, mas com olhos no presente." -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, manifestou o seguinte: "Relativamente à apreciação e votação do Regulamento Municipal de atribuição de Manuais Escolares no Ensino Básico, o Grupo Municipal do CDS PP sublinha nesta assembleia a importância deste normativo como condição essencial para

fazer diminuir todas as várias formas de discriminação e promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, entre os alunos e alunas, em idade escolar, do concelho do Funchal. --- Como bem sabemos, as condições de partida não são iguais para todos e essa desigualdade tende a influenciar a nossa trajetória futura. -----

Neste Regulamento que estabelece o regime de atribuição de manuais escolares aos alunos e alunas do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico - sendo o seu âmbito alargado ao 3º Ciclo, no ano letivo 2019/2020 -, o CDS PP - que tem vindo a falar da necessidade de desenvolver um conjunto coerente de políticas públicas que possibilite a diversidade de aprendizagens e qualificações, e assegure a preparação das gerações presentes e futuras, garantindo equidade e qualidade em todo o sistema educativo -, reconhece os efeitos práticos e o impacto efetivo que o mesmo terá no orçamento e nas despesas de educação das famílias funchalenses. -----

Ao alargarmos a atribuição deste apoio municipal aos discentes que frequentam os cursos técnico-profissionais, ou outros, que concedam equivalência aos níveis de ensino apoiados, o CDS PP vê ainda reconhecida uma sua bandeira: -----

- A educação é um meio fundamental para a formação de pessoas conscientes dos seus valores e ideias, dos seus direitos e deveres, e das suas responsabilidades perante a sociedade." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** expressou: "Em relação a este documento, pela importância que ele representa, por um conjunto de estudantes no nosso concelho que de outra forma viam o seu acesso à educação dificultado, e já agora não deixar aqui de referenciar uma questão que já foi levantada, de que o Governo Regional já deveria de ter assumido esta questão como sua e não continuar a deixar que muitas famílias não usufruam de um direito constitucional do acesso à educação, mas se calhar no Parlamento Regional é que essa questão deveria de

ser novamente relançada. -----

Contudo, não queríamos deixar de valorizar o documento aqui apresentado e só deixar dois pedidos de esclarecimento. -----

Na página 3, artigo 8º, nº 2, diz que a instrução do requerimento são preferencialmente apresentadas de forma eletrónica, aquando no artigo 7º, diz que podem ser feitos também presencialmente nos serviços do Município. -----

Será que na clarificação deste nº 2, não poderíamos também somar a instrução do requerimento de forma presencial. -----

Da mesma maneira que na página 5, no artigo 14º, nº 1, é feita a referência a casos especiais, situações excepcionais ou de manifesta gravidade. -----

Se for possível gostaríamos que clarifique o que é que pode ser depreendido por estes casos, tendo em conta que aquilo que é remetido para a al. ii) do artigo 6º, refere-se a alunos que estão a residir pelo menos a um ano no Município, ou que estejam em escolas do Município. -----

Poderá estar aqui aberto um precedente a que outros alunos fora do Município, ou que estejam a menos de um ano no Município, possam também usufruir?” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD** em nome daquela bancada, disse: “Gostaria de dizer que todas as medidas que venham de encontro ao apoio ao investimento na formação, mediante aspetos específicos e que possam naturalmente merecer a nossa discordância, são sempre de saudar e de congratular, porque apoiar as famílias é de facto investir naquilo que é o futuro da sociedade, naturalmente investindo e passando pela Educação. -----

Portanto, numa ótica de oposição construtiva, entendemos que é importante também salvaguardar o mérito daquilo que são as boas opções do quadro do exercício das competências autárquicas. Contudo, nós não poderíamos deixar passar esta oportunidade,

uma vez que a Educação foi sempre uma bandeira do PSD, dentro daquilo que foi a nossa política no desenvolvimento da autonomia na Região e naquilo que foi o nosso exercício autárquico, de frisar aqui alguns aspetos e que gostaria de merecer alguns esclarecimentos.

- O primeiro, se a Senhora Vereadora não considera que esta atribuição de vouchers para a aquisição dos manuais, quer contemplando aqueles que não têm ação social educativa e aqueles que têm, não é num primeiro momento, duplicar aquilo que o Governo Regional já faz através da ação social escolar. Porque nós sabemos que o Governo Regional faz e apoia a cerca de dois terços dos alunos dos estabelecimentos de ensino da Região no ensino básico, e que dois terços desses jovens têm direito a escalão de ação escolar. -----

- Num segundo momento, dentro daquilo que é definido como os critérios dos 60 euros dos vouchers para quem não tem a ação social escolar do 1º Ciclo e os 30 euros para quem não tem, se de alguma forma não criamos, no sentido de desenvolver uma política de proximidade e de melhoria das condições de acesso à educação, uma medida discriminatória, porque dar um apoio a um agregado familiar que receba 900 ou 1000 mil euros brutos, é desigual dando a alguém que receba 4 ou 5 mil euros. -----

Por muito que seja importante apoiar a Educação cria em si uma desigualdade, assim, não faria mais sentido, à semelhança daquilo que foi feito nas bolsas universitários, criar um outro tipo de escalonamento apesar de tanto numa proposta como noutra, não ter sido isso o prometido tendo em conta que não foi na primeira. -----

E queria deixar ainda uma questão referente àquilo que são a atribuição dos vouchers, em que no 1º Ciclo o valor é equivalente a todos os manuais, no 2º Ciclo é até cinco manuais e no 7º ano há mais dois, se nós no apoio a estes jovens e sabendo que o currículo do 7º ano aumenta o numero de disciplinas, não faria sentido, na ótica também de promover uma maior igualdade e uma maior equidade naquilo que é as necessidades da população, atribuímos, se calhar, menos apoios a quem por fruto de diversas circunstâncias não

necessita de ação social escolar e procurar dar a mais agregados familiares e a mais jovens estudantes.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** também fez um reparo de que aquelas são sempre medidas bem-vindas e que, pessoalmente, até no seu partido, já teve oportunidade de dizer que a natalidade e o apoio à natalidade, por ser um dos grandes flagelos da atual sociedade, carece de um grande investimento. -----

Sobre a exposição da Senhora Vereadora e para além dos critérios do seu colega de bancada, não ficou muito esclarecido relativamente à questão da Bolsa de Manuais, por isso questionou se já têm alguma ideia em que termos isso podia funcionar e até que ponto é praticável. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC,** fez o seguinte esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Bruno Melim: “Eu não sei se o PSD na Região Autónoma da Madeira sofre de algum problema de bipolaridade ou de esquizofrenia, porque quando se fala em atender a uma separação entre os escalões e o apoio social escolar, julgo que o próprio PSD a nível regional na campanha que fez em 2017 no concelho de Machico, o Senhor candidato chamado Ricardo Sousa, pedia na altura, para todas as crianças do 1º Ciclo de Machico, manuais escolares gratuitos. -----

A ação social escolar tem escalões e há um único escalão que oferece todos os manuais e o Senhor Secretario Regional da Educação, quando fala nos dois terços que tem a ação social escolar, não esclarece quem é que tem o primeiro e o segundo escalão e quem é que não tem escalão nenhum, falando de dois terços levanta a suposta ideia de que dois terços tem os manuais gratuitos, o que não é verdade. -----

E no ensino secundário muitos desses alunos, os tais dois terços, tem um manual escolar, o que não é nada num universo de 7 disciplinas. -----



Também o seu partido a nível nacional, já com nova liderança, pediu manuais gratuitos, inclusive para todos os alunos do privado e vocês aqui no Funchal estão a pedir uma discriminação, onde a própria candidata à presidência deste Município no passado disse em campanha, de que não entendia muito bem este princípio universal da distribuição gratuita a todos. Fica aqui a ressalva de que o vosso partido noutros concelhos o fez e a nível nacional ainda pede uma extensão para o ensino privado. -----

Também para esclarecer que o direito que está aqui a ser salvaguardado, é um direito que vem na Constituição no artigo 74º, *em que todos os cidadãos têm direito a um ensino com a garantia de direito à igualdade de oportunidades e acesso a êxito escolar.* -----

Com estas medidas estamos novamente a promover este direito.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC**

reforçou o seguinte: "Relativamente à Atribuição dos Manuais é preciso ter em conta que este regulamento não prevê uma duplicação de um apoio. Se nós repararmos na forma como ele está redigido, os alunos que já têm ação social receberão outros manuais que não estejam contemplados. Portanto, nós não estamos a falar de uma duplicação, nós estamos a falar é de complementar aquilo que existe, sendo que, aquilo que existe é manifestamente insuficiente, porque nós temos o exemplo nacional e que vai ao encontro daquilo que é o princípio constitucional, em que a educação deve de ser gratuita. -----

E sobre isto gostaria de dizer que no artigo 13º da Constituição, diz que *todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, denunciado, prejudicado ou privado de qualquer direito.* -----

Ora, aquilo que nós temos aqui, é a aplicação do princípio da igualdade, na medida em que aquilo que é diferente, é tratado de forma diferente. O regulamento prevê várias situações para diversos casos, portanto, há uma adequação dos apoios ao tipo de carência do aluno relativamente aos apoios que já existem e em contrapartida nós estamos a reforçar aquilo

que é o princípio da não discriminação, ou seja, obviamente que aqui há uma extensão de direitos e não propriamente uma redução, logo, isto vai ao encontro daquilo que é o artigo 13º da nossa Constituição. -----

E reforço que relativamente àquilo que foi dito pelo meu colega Miguel Palma, se todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades, ao acesso e ao êxito escolar, esta Câmara, com este Regulamento, está a contribuir para este princípio, não está a diminuir nenhum destes princípios." -----

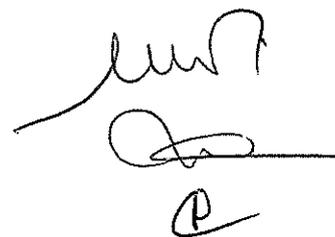
--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** começou por agradecer os reparos da Senhora Deputada Municipal Elisa Seixas e do Senhor Deputado Municipal Miguel Costa, contudo quis esclarecer que os dois aspetos que referiu, são diferentes. -----

Porque uma duplicação de apoios, quando no mesmo setor é feita, de forma concorrencial, o mesmo uso de competências. -----

Sobre, o princípio da igualdade que reitera do artigo 13º da Constituição, não é em si um princípio contrário ao que está estabelecido, pretenderem vir a tutelar naquele Regulamento, a entrega de um voucher às famílias que não têm ação social por usufruírem de maiores rendimentos? -----

Porque em si, não são favoráveis ao escalonamento, mas por terem sido consideradas de esquizofrenia as posições do PSD no Funchal, em Machico e a nível Nacional, o que lhes parece é que se trata de uma as bolsas de uma determinada forma, que é atendível e legítima, e depois de uma forma completamente diferente aquilo que é o acesso aos manuais escolares. -----

Lembrou que reiterou que aquela é uma boa medida e uma boa política, porém em termos da concretização material, podem criar assimetrias que por quele Regulamento não estar em funções e em vigor, não estão naturalmente criadas naquele momento. -----



Também não são contra a proposta de Rui Rio, para quem, também, frequenta o ensino privado ter acesso gratuito aos manuais escolares, o que julgam é que mediante o acesso e o tipo de educação que as pessoas têm, tem que existir um tratamento de acordo com o que é a igualdade de oportunidades e àquilo que é a natureza do seu acesso à educação, e criar as condições para que não haja desigualdades e assimetrias promovidas por um Regulamento Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes** que elucidou o seguinte: "Relativamente às questões levantadas pela **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado**, sobre o artigo 8º, haver por um lado que será preferencialmente de forma eletrónica, mas também haver presencial. Não vamos mudar aqui nada, porque criamos uma plataforma e já reunimos com as direções das Escolas, com as Juntas de Freguesia, para explicar como é que isto poderá acontecer. -----

Nós vamos fazer preferencialmente online através de uma plataforma que está muito intuitiva, porque o ano passado nós apoiámos praticamente 4 mil crianças e a Loja do Município não é um espaço físico suficiente para acomodar este ano, quase o dobro das candidaturas. -----

Por isso, quem puder fazê-lo online, para nós será muito mais facilitado, contudo, também o faremos presencialmente porque há sempre pessoas que o preferem fazer e aí será na Loja do Município. -----

Sobre as questões das situações excecionais, há pessoas que nunca poderão candidatar-se por via eletrónica, porque não têm o cartão de cidadão e sem o mesmo não poderão fazê-lo através da internet, terão que vir cá. -----

Que situações é que se enquadram no tipo de situações excecionais? Por exemplo, o ano passado já tivemos pessoas que se candidataram fora do prazo e foram consideradas situações excecionais, famílias que vieram da Venezuela, e por isso nós não queremos que

essas crianças fiquem de fora, porque maioritariamente serão esses os casos que serão abrangidos. -----

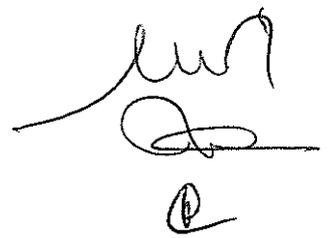
Uma vez que nos aparecem sempre uma ou outra situação, que se não houver aberta a possibilidade das situações excecionais no Regulamento ficarão de fora, nós preferimos manter aberto este espaço para depois ficar então ao critério da Vereação mediante a análise dos Serviços. -----

Relativamente às questões colocadas pelo **Senhor Deputado Municipal Bruno Melim**, sobre a duplicação dos vouchers, isso vem um pouco também na lógica, que depois colocou, associando até esta candidatura aos manuais escolares àquilo que nós fizemos para as bolsas do ensino superior, onde aí sim criamos escalões. -----

Reparou e muito bem que nós aqui não criamos escalões, quem já tem ação social educativa, não consegue e fica de fora. -----

Em algumas escolas há muito material e alguns livros que eles não conseguem ter acesso e por isso as famílias usaram esse dinheiro, quem tinha a ação social, para comprar aquilo que a ação social não lhes permitiria ter. -----

Voltando à questão dos escalões, e nesse sentido estamos alinhados com a intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Costa e da Senhora Deputada Municipal Elisa Seixas, estamos a ajudar a cumprir um direito constitucional, que é o direito gratuito á educação e estamos também a ajudar as famílias da classe média e média alta, que pagam sempre impostos bastante elevados, mas nunca veem o retorno dos seus impostos, porque ficam automaticamente excluídas desses mesmos impostos. Nesse sentido, uma vez que nenhuma criança pode ser discriminada pelo escalão social ou pelo rendimento financeiro que a família tem, as crianças também têm direito a serem crianças e têm direito todas elas a serem apoiadas e não discriminadas, não estamos a apoiar todo o ensino básico nesta totalidade, o secundário ainda está de fora, fica só com 100 euros por aluno, mas pelo



menos nestes escalões iniciais do ensino básico até ao 3º Ciclo, não estamos a discriminar nenhum aluno ou nenhuma família, a nossa lógica é esta. -----

Ao **Senhor Deputado Municipal Alexandre Silva**, relativamente à Bolsa de Manuais, posso dizer-lhe que não está completamente fechada nem estruturada a maneira de funcionar das mesmas, sabemos que vão ser entregues na Câmara e estamos a pensar com determinados serviços que ajudam a Câmara, numa outra alternativa, por isso é que ainda não divulgamos como se irá realizar o retorno das Bolsas de Manuais. A única coisa que está prevista e clara no Regulamento, é que qualquer aluno por qualquer motivo que não transite de ano, não está obrigado a devolver os manuais desse ano, se forem os mesmos continuará com eles. Os outros estamos a pensar como é que articulamos melhor com a comunidade envolvente, mas ainda não lhe posso dizer como é que vai funcionar.”

--- De seguida o Senhor Presidente colocou à votação o **Ponto Seis - Regulamento Municipal de Atribuição de Manuais Escolares no Ensino Básico, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo dezassete votos do GMC, onze do PPD/PSD, três votos do CDS-PP um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do PTP, não tendo estado presente nesta votação o deputado municipal da Coligação Nova Mudança (MPT).

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vereadora Idalina Perestrelo** para apresentar o **Ponto Sete - Regulamento Municipal de Espaços Verdes, Parques e Jardins, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** disse: “A aplicação de um Regulamento que abrange os espaços verdes, como parques, jardins, árvores de arruamento e canteiros pertencentes ao Município do Funchal, foi criado visando a preservação e conservação dos mesmos, punindo comportamentos que lhes sejam contrários de forma a garantir o seu usufruto em condições menos próprias. -----

Para uma melhor usufruição da população e com maior qualidade, a criação deste Regulamento é dar continuação a um trabalho no que toca à proteção das árvores e demais vegetações, de modo a manter o equilíbrio ecológico do meio urbano, a criação e manutenção dos espaços de lazer e recreio e em defesa da maior qualidade de vida dos munícipes e a salvaguarda da imagem do concelho. -----

Pretende-se assim, dotar o município de um conjunto de normas e regras que responsabilizem não só os munícipes e utentes, mas também todas as entidades com competência para fiscalizarem, investigarem e participarem as infrações a este Regulamento. -----

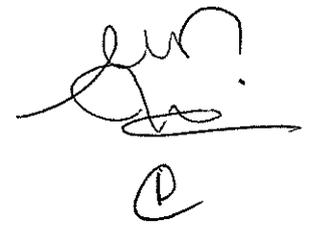
Com a criação destas regras evitam-se atos de furto, vandalismo, destruição e haverá ações de fiscalização e aplicação de coimas.” -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP** transmitiu: “As preocupações com a natureza e com o meio ambiente estão na ordem do dia, sendo que os parques, jardins e espaços públicos são naturalmente áreas relevantes para a qualidade de vida das populações. -----

Mais do que esta relevância, estas áreas são hoje uma exigência para o equilíbrio ecológico saudável do meio urbano. O ambiente é como todos sabemos um elemento central na estratégia de uma cidade sustentável, conforme refere o preâmbulo deste Regulamento que está a ser apreciado, os parques, jardins e espaços verdes são espaços públicos com especificidades muito próprias. São espaços que carecem de manutenção e de preservação, que devem de ser usufruídos de forma responsável e adequada pelos munícipes e por demais utentes. -----

Por isso, é natural que careçam de regulamentação própria que até ao momento não existia. Nesse sentido, o CDS-PP dá o seu inteiro apoio à criação deste Regulamento que



torna os munícipes e demais utentes destas áreas mais responsáveis e mais responsabilizados, e atribui também maior responsabilidade às entidades fiscalizadoras, com um conjunto de sanções para eventuais prevaricadores. -----

Portanto, este Regulamento pretende assegurar uma utilização prudente e responsável destas áreas. Queremos por isso saudar o trabalho desenvolvido pelos Técnicos dos diversos departamentos da Câmara Municipal do Funchal envolvidos na elaboração deste Regulamento, que naturalmente vamos aprovar.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** também manifestou: “Quero dar os parabéns a toda a equipa que trabalhou na elaboração deste Regulamento, porque esmiúça ao ponto de identificar o lançar de pedras e paus e o riscar bancos. -----

Por isso, tendo em conta as tarefas que os Funcionários deste Departamento já têm para manter e preservar os espaços verdes e os jardins, da aprazível forma que os temos, serão esses mesmos funcionários que irão ser destacados para os serviços de fiscalização? ---- Também, a determinada altura não estaremos a condicionar o usufruto destes parques e jardins que deve de ser de todos os munícipes, com o sempre olhar para trás das costas não vá ter um funcionário a fiscalizar, quando por exemplo estiver a comer uma sandes?”

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD** disse que havendo uma lacuna acha bem regulamentá-la. -----

Porém, em que termos pretendem fazer essa fiscalização e com que meios? -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vereadora Idalina Perestrelo** que esclareceu que a Fiscalização será feita pelo Departamento da Fiscalização Municipal, que também contribuiu para a elaboração daquele Regulamento. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Sete - Regulamento Municipal de Espaços Verdes, Parques e Jardins, de acordo com o disposto na al. g)**

do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo dezassete votos do GMC, onze do PPD/PSD, três votos do CDS-PP um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do PTP, não tendo estado presente nesta votação o deputado municipal da Coligação Nova Mudança (MPT).

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que se iria fazer um minuto de silêncio pelo falecimento do Professor Doutor João Adriano Ribeiro. -----

--- Sendo dezanove horas e ainda havendo assuntos da ordem do dia a apreciar e votar, o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que aquela sessão continuará no próximo dia três de julho, com início às catorze horas e trinta minutos. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezanove horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, Luís L. Silva

--- A Primeira Secretária, [Assinatura]

--- O Segundo Secretário, Paulo António Pereira V.

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, Nélia Gonçalves

